



Governo do Distrito Federal
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
Diretoria de Urbanização
Departamento de Parques e Jardins

Despacho – NOVACAP/PRES/DU/DPJ

Brasília, 13 de agosto de 2024.

AO Departamento de Parques e Jardins (DPJ),

Assunto: Recursos administrativos e contrarrazões das licitantes do Procedimento Licitatório Eletrônico nº 030/2022 - DECOMP/DA, Lote 05

1. Em atendimento ao Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (147639187) o Departamento de Parques e Jardins realizou a análise do Recurso Administrativo apresentado pela empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda e as contrarrazões apresentada pela empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME e informamos:

2. **Recurso Administrativo: Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185):**

2.1. A empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda apresentou Recurso Administrativo referente a habilitação da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, como arrematante do Lote 05 do Pregão Eletrônico nº 039/2022 - DECOMP/DA (103350518), no qual esclarecemos:

2.2. A análise da qualificação técnica cumpriu ao determinado na Decisão nº 1313/2024 (139866791) do Tribunal de Contas do Distrito Federal (129656604):

"(...)

b) retome o andamento do Pregão Eletrônico por SRP n.º 39/2022 à fase de julgamento das condições de habilitação, imediatamente posterior à etapa de lances, para todos os lotes do certame (01 a 10), devendo avaliar os atestados técnicos, relativos às “árvores/arbustos” e às “palmeiras”, de forma conjunta, e levando em consideração apenas a documentação entregue pelas licitantes quando da abertura do certame, deixando de considerar eventuais documentos entregues após a escoima promovida com esteio no art. 117 do Regulamento de Licitações e Contratos da jurisdição;

(...)"

2.3. A avaliação referente a qualificação técnica da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME foi realizada tendo como referência os Atestados de Capacidade Técnica apresentados na fase de habilitação, anexados aos autos no dia 20/04/2024, em arquivo denominado "Habilitação Documentos - TOP GRASS (111024364)".

2.4. A empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda suscitou dúvidas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa CGSG Participações Empresariais Eirelli, CNPJ 32.878.783/0001-05 à empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME que possibilitou a habilitação da empresa como arrematante não apenas do lote 05, mas também, dos lotes 4, 8 e 10, para o item plantio de árvores/arbustos e palmeiras, na qual em seu Recurso Administrativo, assim pontua:

(...) Em consulta a base de dados da Receita Federal do Brasil, a empresa CGSC foi fundada, teve sua abertura em 25.02.2019.

Firefox https://solicoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.878.783/0001-05 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL CGSG PARTICIPACOES EMPRESARIAIS LTDA		
NOME DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CGSG PARTICIPACOES EMPRESARIAIS		PORTO DEMAIS
CÓDIGO DE DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.62-0-00 - Holding de instituições não-financeiras		
CÓDIGO DE DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 41.20-4-00 - Construção de edifícios 43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas 43.11-9-02 - Preparação de canteiros e limpeza de terrenos 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem		
CÓDIGO DE DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO Q SAAM QUADRA 1 LOTE	NÚMERO 400	COMPLEMENTO PARTE A
CEP 71632-190	BARRIO/CENTRO ZONA INDUSTRIAL	MUNICÍPIO BRASILIA
ENDEREÇO ELETRÔNICO GEOLOGICA@GEOLOGICADF.COM.BR	TELEFONE (61) 3327-1777	
RUA FEDERAL RESPONSÁVEL (RFR) /		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/02/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL /		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.
Emitido no dia 28/07/2024 às 18:05:53 (data e hora de Brasília).
Página: 1/1

Como é possível a emissão de um atestado de capacidade técnica emitido em 20.01.2020, atestando serviços executados no período de 05.01.2013 a 06.01.2020.

Não é possível."

2.5. Para manter a isonomia entre licitantes, afastar qualquer equívoco na habilitação da licitante, dirimir quaisquer dúvidas a respeito do referido Atestado e considerando o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, Art. 85, entendemos ser necessário a realização de diligências para atestar de forma inequívoca a legitimidade do mesmo.

3. Contrarrazões Empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, referente ao Recurso Administrativo interposto pela empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147638409):

3.1. Em atenção as contrarrazões apresentadas pela empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME a respeito do Recursos Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda, informamos que:

3.2. O Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa CGSG Participações à empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, apresenta as seguintes informações:

3.2.1. A empresa CGSG contratante da empresa Top Grass, Contrato nº 12/2023, atesta a execução do plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma Cerrado, no período de 05/01/2013 a 06/01/2020, na área da Floresta Nacional de Brasília - Flona e Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília-DF, sendo a proprietária do empreendimento a Terracap.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para fins de comprovação de realização de atividade técnica, que a empresa **TOP GRASS AGRICOLA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.185.890/0001-20, com sede no Nucleo Rural Rio Preto, Fazenda Titumba, Planaltina, Brasília/DF, CEP 70.719-900, por meio do seu responsável técnico o **Engenheiro Agrônomo Carlos Henrique Pimenta, CREA nº 8886/D-GO, PRESTOU à CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.878.783/0001-05, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

Dados da obra ou serviço:

1. **Contrato n.º : 12/2013**

Objeto do Contrato: Execução e plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília – Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF.

1. **Empresa contratada:** TOP GRASS AGRICOLA LTDA ME
CNPJ nº 15.185.890/0001-20.

2. **Responsável Técnico:** Engenheiro Agrônomo Carlos Pimenta, CREA nº 8886/D-GO

3. **Contratante dos serviços:** CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 32.878.783/0001-05, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100.

4. **Empresa proprietária do empreendimento:** Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap.

5. **Valor do contrato:** R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

6. **Período de execução (início e fim):** 05/01/2013 a 06/01/2020

Endereço da obra ou serviço: Floresta nacional de Brasília – Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF.

Descrição das atividades desenvolvidas:

PLANTIO			
Item	Descrição	Área (hectares)	Nº de mudas
1.1	Mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília – Flona.	unid.	150.000
1.2	Mudas de árvores do bioma cerrado na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF	unid.	250.000

Atestamos que os serviços acima discriminados foram executados a contento e dentro dos prazos e normas contratuais.

Brasília-DF, 20 de janeiro de 2020

CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI

Cristiano Goulart Simas Gomes
Responsável Legal

3.3. Nas contrarrazões apresentadas pela empresa Top Grass, referente as dúvidas suscitada pela empresa Viveiro Campo Lindo referente o Atestado de Capacidade Técnica da

empresa Top Grass na realização dos serviços de plantio de árvores do bioma do Cerrado antes de 2019, uma vez que sua a empresa foi fundada em 2019, a empresa afirma que:

(...) houve um mero erro material no nome da empresa emissora do atestado, vez que a CGSG1 e a GEO LÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.2 empresa que contratou a Top Grass para execução dos serviços são do mesmo grupo econômico e administradas pelo mesmo sócio administrador, qual seja, o Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes (...)

3.4. Tal afirmação está acompanhada de uma declaração do Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes que declara ser proprietário das empresas CGSG Participações Empresariais Eireli e da empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda.

3.5. A empresa Top Grass, também apresenta em sua contrarrazão um novo Atestado de Capacidade Técnica, com os mesmos dados do anterior, porém emitido pela empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda, com data de emissão no 20/01/2020, mas assinado em 01/08/2024:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
<p>ATESTAMOS, para fins de comprovação de realização de atividade técnica, que a empresa TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.185.890/0001-20, com sede no Núcleo Rural Rio Preto, Fazenda Titumba, Planaltina, Brasília/DF, CEP 70.719-900, por meio do seu responsável técnico o Engenheiro Agrônomo Carlos Henrique Pimenta, CREA nº 8886/D-GO, PRESTOU à GEO LÓGIA – CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, sediada no SAAN, Quadra 1, Lote 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:</p>
<p>Dados da obra ou serviço:</p>
<p>1. Contrato n.º : 12/2013</p> <p>Objeto do Contrato: Execução e plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília — Fiona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília — DF.</p> <p>1. Empresa contratada: TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA ME CNPJ nº 15.185.890/0001-20.</p> <p>2. Responsável Técnico: Engenheiro Agrônomo Carlos Pimenta, CREA nº 8886/D- GO</p> <p>3. Contratante dos serviços: GEO LÓGIA – CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100.</p> <p>4. Empresa proprietária do empreendimento: Companhia imobiliária de Brasília — Terracap.</p> <p>5. Valor do contrato: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)</p> <p>6. Período de execução (início e fim): 05/01/2013 a 06/01/2020</p> <p>Endereço da obra ou serviço: Floresta nacional de Brasília — Fiona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília — DF.</p>

Descrição das atividades desenvolvidas:**PLANTIO**

Item	Descrição	Áreas (hectares)	Nº de mudas
1.1	Mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasil " Fiona.	unid.	150.000
1.2	Mudas de árvores do bioma cerrado na Rede Ferroviária Federal S/A, RFFSA, Brasília — DF	unid.	250.000

Atestamos que os serviços acima discriminados foram executados a contento e dentro dos prazos e normas contratuais.

Brasília/DF, 20 de janeiro de 2020



Documento assinado digitalmente

CRISTIANO GOULART SIMAS GOMES

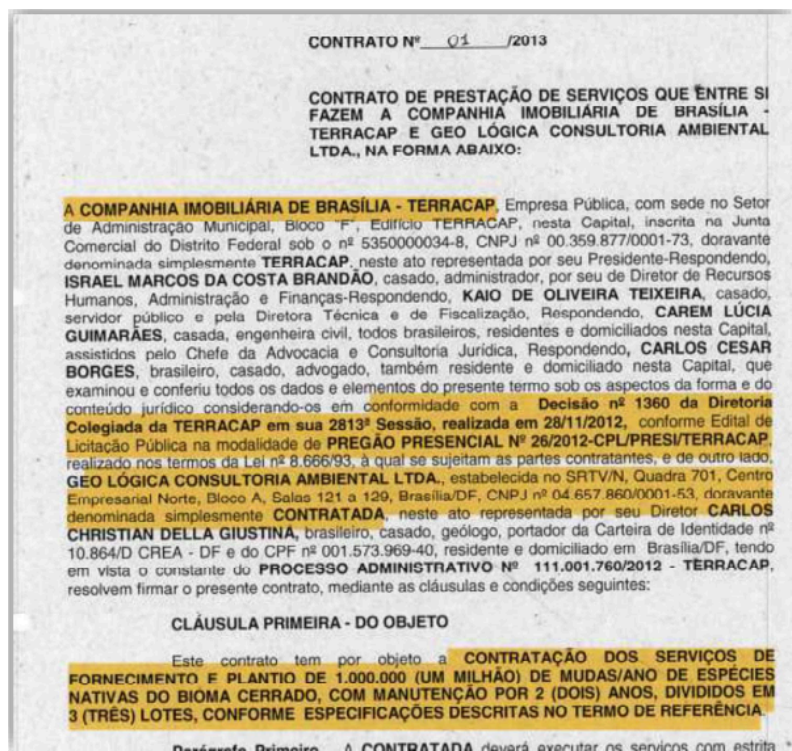
Data: 01/08/2024 16:14:15-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

3.6. Concernente a troca do emissor do Atestado a empresa Top Grass afirma que:

"Por erro interno da emissora, o atestado foi emitido em nome da empresa errada. E a Recorrida, por mera desatenção, também não se atentou ao fato, já que recebeu o documento dos mesmos responsáveis pela empresa que foi efetivamente contratada pela Terracap e que a subcontratou para prestar os serviços, a Geo Lógica.

Assim, o atestado que comprova os serviços executados pela Recorrida na Floresta Nacional de Brasília Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A de Brasília/DF deveria ter sido expedido pela empresa GEO LÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, visto que ela foi a contratada pela TERRACAP no Contrato n. 01/20134 . Conforme se vê abaixo:



3.7. Considerando as dúvidas suscitadas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica em questão;

3.8. Considerando a apresentação, pela empresa Top Grass, de um novo Atestado de Capacidade Técnica com os mesmos dados do Atestado já constante nos autos, porém com emissores diferentes, entendemos ser necessário a realização de diligências para atestar de forma inequívoca a legitimidade do Atestado de Capacidade Técnica.

3.9. Assim, solicitamos à DILIC/DECOMP/DA/PRES que realize as seguintes diligências:

3.9.1. A empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, solicitar:

- Cópia do Contrato nº 012/2013 que originou o Atestado de Capacidade Técnica, ora questionado;
- Cópia de Diário de Obras/Serviços, fotos ou qualquer documento que demonstre a execução dos serviços pela empresa Top Grass;
- Cópia das Notas Fiscais dos pagamentos dos serviços prestados pela empresa Top Grass, por força do Contrato nº 12/2023;
- Quaisquer outros documentos e esclarecimentos que a empresa considere pertinente para comprovar a execução dos serviços referente ao Atestado de Capacidade Técnica, ora questionado.

3.9.2. A Terracap, solicitar:

- Informações sobre a execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap celebrado com a empresa Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda, cujo objeto é a contratação dos serviços de fornecimento de 1.000.000 (um milhão) de mudas/ano de espécies nativas do bioma Cerrado, com manutenção por 2 (dois) anos, divididos em 3 (três) lotes, conforme especificações descritas no Termo de Referência;
- Prazo de execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap;
- Informações se o Contrato nº 01/2023 - Terracap previa a subcontratação dos serviços;
- Se a Terracap tinha conhecimento que parte do objeto do Contrato nº 01/2023- Terracap, plantio de 400.000 mudas, foi subcontratado para a empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME.

- Se a Terracap emitiu algum Atestado de Capacidade Técnica referente a execução dos serviços contemplados no Contrato nº 01/2023-Terracap.

3.10. Informamos que a conclusão, a respeito do Recurso Administrativo da empresa **Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda** e das Contrarrazões da empresa **Top Grass Agrícola Ltda-ME**, só será permitida após as diligências solicitadas.



Documento assinado eletronicamente por **NITLI GALDINO SIQUEIRA - Matr.0075021-2, Assessor(a).**, em 14/08/2024, às 14:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAIMUNDO OLIVEIRA SILVA - Matr.0073772-0, Chefe do Departamento de Parques e Jardins**, em 14/08/2024, às 15:41, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **148341713** código CRC= **FA15AAA7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF
Telefone(s): 3403-2460
Site - www.novacap.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
Diretoria de Urbanização
Departamento de Parques e Jardins

Despacho – NOVACAP/PRES/DU/DPI

Brasília, 17 de setembro de 2024.

À Diretoria de Urbanização (DU),

Assunto: Parecer Jurídico - Recursos administrativos e contrarrazões das licitantes do Procedimento Licitatório Eletrônico nº 030/2022 - DECOMP/DA, Lote 05

1. O presente trata-se do Recurso Administrativo e das Contrarrazões apresentados pelas empresas Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda e Top Grass Agrícola Ltda-ME, respectivamente, referente a habilitação da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, como arrematante do Lote 05 do Pregão Eletrônico nº 039/2022 - DECOMP/DA (103350518), no qual faremos um breve resumo da análise, realizada pela área técnica do DPI, da capacidade técnica da Empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME:
2. Inicialmente a empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME foi arrematante dos Lote 04, 08 e 10, sendo que após análise dos atestados de capacidade técnica foi considerada apta para arrematar os três lotes pretendidos (140479706), posteriormente a citada empresa solicitou benefício de ME/EPP para ser declarada arrematante do lote 05.
3. Atendida o direito de preferência e após análise da documentação apresentada pela empresa Top Grass ela foi declarada habilitada para arrematar, também, o lote 05.
4. Posteriormente, a empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda apresentou Recurso Administrativo referente a habilitação da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, como arrematante do Lote 05 do Pregão Eletrônico nº 039/2022 - DECOMP/DA (103350518), suscitando dúvidas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa CGSG Participações Empresariais Eirelli, CNPJ 32.878.783/0001-05 à empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME. Especificamente, este atestado possibilitou a habilitação da empresa como arrematante não apenas do lote 05, mas também, dos lotes 4, 8 e 10, pois comprava a execução nos quantitativo previsto no Projeto Básico de plantio de árvores/arbustos e palmeiras.
5. Desta forma, a Divisão de Licitações e Contratos (Dilic), solicitou por meio do Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (147639187) que Departamento de Parques e Jardins apresentasse manifestação referente ao Recurso Administrativo apresentados pela empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda e as Contrarrazões da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME.
6. Após análise da documentação demonstrada no Recurso Administrativo e nas Contrarrazões das já citadas empresas o Departamento de Parques e Jardins optou pela realização de diligências para dirimir as dúvidas referente ao Atestado de Capacidade Técnica da empresa Top Grass, visto os dados aparentemente contraditórios dos documentos apresentados, uma vez que a empresa CGSG Participações Empresariais Eirelli, conforme informações da Receita Federal do Brasil, só foi registrada em fevereiro de 2019 e o período de execução dos serviços, ao qual o atestado se referia, ocorreu no período de 05/01/2013 06/01/2020, sendo que anterior a abertura da empresa, salvo melhor juízo, entendemos não ser possível o fornecimento de atestado capacidade técnica em seu nome.
7. Outro fator que levou a área técnica a solicitar diligências para o tomada de decisão referente ao Recurso Administrativo e as contrarrazões apresentadas foi, também, o fato de que após a indicação da existência de inconsistências nos dados constantes no Atestado de Capacidade Técnica a empresa Top Grass apresentou um novo atestado, substituindo o citado documento por outro, de igual teor, porém emitido pela empresa Géó Lógica - Consultoria Ambiental Ltda, sob a seguinte alegação de:

"(...) houve um mero erro material no nome da empresa emissora do atestado, vez que a CGSG1 e a GEO LÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.2

empresa que contratou a Top Grass para execução dos serviços são do mesmo grupo econômico e administradas pelo mesmo sócio administrador, qual seja, o Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes (...)" *grifo nosso*

8. Segue abaixo transcrição da análise preliminar do Recurso Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo e das Contrarrazões da empresa Top Grass, constante do Despacho – NOVACAP/PRES/DU/DPJ (148341713):

"Recurso Administrativo: Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185):

A empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda apresentou Recurso Administrativo referente a habilitação da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, como arrematante do Lote 05 do Pregão Eletrônico nº 039/2022 - DECOMP/DA (103350518), no qual esclarecemos:

A análise da qualificação técnica cumpriu ao determinado na Decisão nº 1313/2024 (139866791) do Tribunal de Contas do Distrito Federal (129656604):

"(...)"

b) retome o andamento do Pregão Eletrônico por SRP n.º 39/2022 à fase de julgamento das condições de habilitação, imediatamente posterior à etapa de lances, para todos os lotes do certame (01 a 10), devendo avaliar os atestados técnicos, relativos às “árvores/arbustos” e às “palmeiras”, de forma conjunta, e levando em consideração apenas a documentação entregue pelas licitantes quando da abertura do certame, deixando de considerar eventuais documentos entregues após a escoima promovida com esteio no art. 117 do Regulamento de Licitações e Contratos da jurisdicionada;

(...)"

A avaliação referente a qualificação técnica da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME foi realizada tendo como referência os Atestados de Capacidade Técnica apresentados na fase de habilitação, anexados aos autos no dia 20/04/2024, em arquivo denominado "Habilitação Documentos - TOP GRASS (111024364)".

A empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda suscitou dúvidas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa CGSG Participações Empresariais Eirelli, CNPJ 32.878.783/0001-05 à empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME que possibilitou a habilitação da empresa como arrematante não apenas do lote 05, mas também, dos lotes 4, 8 e 10, para o item plantio de árvores/arbustos e palmeiras, na qual em seu Recurso Administrativo, assim pontua:

(...) Em consulta a base de dados da Receita Federal do Brasil, a empresa CGSC foi fundada. teve sua abertura em 25.02.2019.

Firefox

https://solucoes.crecia.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 12.812.833/0001-05		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 25/02/2019	
NOME EMPRESARIAL CG&G PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS LTDA					
TIPO DE ESTABELECIMENTO DE FATO CÓDIGO PARTICIPATÓRIA EMPRESARIAL					PARTE DEMAIS
CÓDIGO DE DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras					
CÓDIGO DE DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.20-0-00 - Inovação e gestão de empreendimentos imobiliários 41.20-4-00 - Construção de edifícios 43.11-0-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas 43.11-0-02 - Preparação de canteiros e limpeza de terreno 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem					
CÓDIGO DE DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE JURÍDICA 206.2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOCAL DO REGISTRO Q SAAN QUADRA 1 LOTE		NÚMERO 400	COMPLEMENTO PARTE A		
CNPJ 15.032-189	BARRIO/CEP ZONA RESIDUAL		MUNICÍPIO DIAMANTINA	UF DF	
ENDEREÇO ELETRÔNICO GEOLOGICA@GEOLOGICADF.COM.BR			TELEFONE (61) 3327-1777		
ENTE REGISTRADO (RPPS) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/02/2019		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL EXCLUIÇÃO			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL EXCLUIÇÃO		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Expiração no dia 28/07/2024 às 18:06:53 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Como é possível a emissão de um atestado de capacidade técnica emitido em 20.01.2020, atestando serviços executados no período de 05.01.2013 a 06.01.2020.

Não é possível."

Para manter a isonomia entre licitantes, afastar qualquer equívoco na habilitação da licitante, dirimir quaisquer dúvidas a respeito do referido Atestado e considerando o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, Art. 85, entendemos ser necessário a realização de diligências para atestar de forma inequívoca a legitimidade do mesmo.

Contrarrrazões Empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, referente ao Recurso Administrativo interposto pela empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147638409):

Em atenção as contrarrrazões apresentadas pela empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME a respeito do Recursos Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda, informamos que:

O Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa CGSG Participações à empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, apresenta as seguintes informações:

A empresa CGSG contratante da empresa Top Grass, Contrato nº 12/2023, atesta a execução do plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma Cerrado, no período de 05/01/2013 a 06/01/2020, na área da Floresta Nacional de Brasília - Flona e Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília-DF, sendo a proprietária do empreendimento a Terracap.


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA			
ATESTAMOS, para fins de comprovação de realização de atividade técnica, que a empresa TOP GRASS AGRICOLA LTDA ME , inscrita no CNPJ sob o nº 15.185.890/0001-20, com sede no Nucleo Rural Rio Preto, Fazenda Titumba, Planaltina, Brasília/DF, CEP 70.719-900, por meio do seu responsável técnico o Engenheiro Agrônomo Carlos Henrique Pimenta, CREA nº 8886/D-GO, PRESTOU à CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI , inscrita no CNPJ sob o nº 32.878.783/0001-05, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:			
Dados da obra ou serviço:			
1. Contrato n.º: 12/2023			
Objeto do Contrato: Execução e plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília – Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF.			
1. Empresa contratada: TOP GRASS AGRICOLA LTDA ME CNPJ nº 15.185.890/0001-20.			
2. Responsável Técnico: Engenheiro Agrônomo Carlos Pimenta, CREA nº 8886/D-GO			
3. Contratante dos serviços: CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI , inscrita no CNPJ sob o nº 32.878.783/0001-05, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100.			
4. Empresa proprietária do empreendimento: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap.			
5. Valor do contrato: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)			
6. Período de execução (início e fim): 05/01/2013 a 06/01/2020			
Endereço da obra ou serviço: Floresta nacional de Brasília – Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF.			
Descrição das atividades desenvolvidas:			
PLANTIO			
Item	Descrição	Área (hectares)	Nº de mudas
1.1	Mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília – Flona.	unid.	150.000
1.2	Mudas de árvores do bioma cerrado na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF	unid.	250.000
Atestamos que os serviços acima discriminados foram executados a contento e dentro dos prazos e normas contratuais.			
Brasília-DF, 20 de janeiro de 2020			
CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI Cristiano Goulart Simas Gomes Responsável Legal			

Nas contrarrrazões apresentadas pela empresa Top Grass, referente as dúvidas suscitada pela empresa Viveiro Campo Lindo referente o Atestado de Capacidade Técnica da empresa Top Grass na realização dos serviços de plantio de árvores do bioma do Cerrado antes de 2019, uma vez que sua a empresa foi fundada em 2019, a empresa afirma que:

(...) houve um mero erro material no nome da empresa emissora do atestado, vez que a CGSG1 e a GEO LÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.2 empresa que contratou a Top Grass para execução dos serviços são do mesmo grupo econômico e administradas pelo mesmo sócio administrador, qual seja, o Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes (...)

Tal afirmação está acompanhada de uma declaração do Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes que declara ser proprietário das empresas CGSG Participações Empresariais Eireli e da empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda.

A empresa Top Grass, também apresenta em sua contrarrazão um novo Atestado de Capacidade Técnica, com os mesmos dados do anterior, porém emitido pela empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda, com data de emissão no 20/01/2020, mas assinado em 01/08/2024:

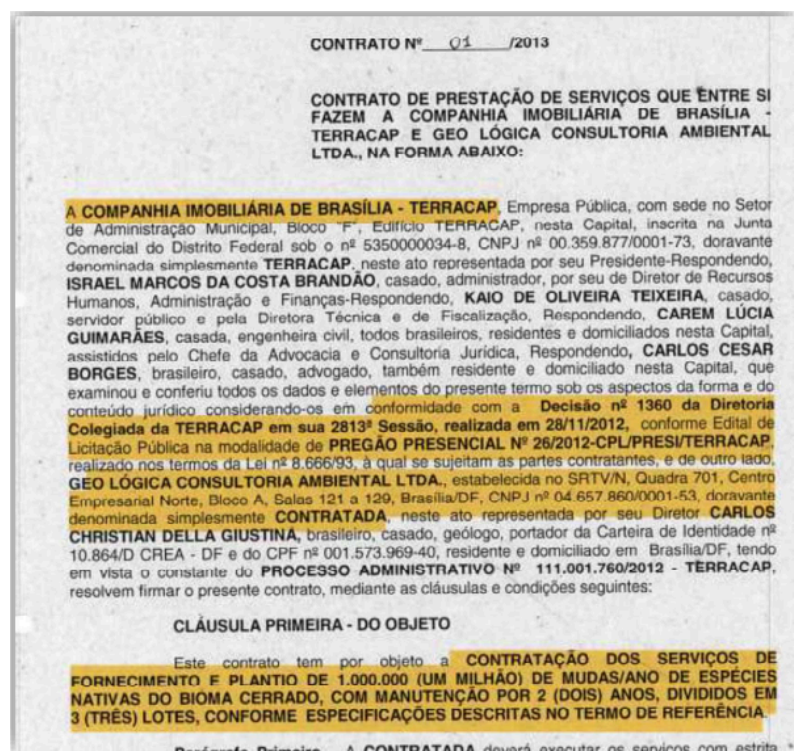
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA			
<p>ATESTAMOS, para fins de comprovação de realização de atividade técnica, que a empresa TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.185.890/0001-20, com sede no Núcleo Rural Rio Preto, Fazenda Titumba, Planaltina, Brasília/DF, CEP 70.719-900, por meio do seu responsável técnico o Engenheiro Agrônomo Carlos Henrique Pimenta, CREA nº 8886/D-GO, PRESTOU à GEO LÓGICA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, sediada no SAAN, Quadra 1, Lote 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:</p>			
Dados da obra ou serviço:			
<p>1. Contrato nº: 42/2013</p> <p>Objeto do Contrato: Execução e plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília — Fiona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília — DF.</p> <p>1. Empresa contratada: TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA ME CNPJ nº 15.185.890/0001-20.</p> <p>2. Responsável Técnico: Engenheiro Agrônomo Carlos Pimenta, CREA nº 8886/D- GO</p> <p>3. Contratante dos serviços: GEO LÓGICA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100.</p> <p>4. Empresa proprietária do empreendimento: Companhia imobiliária de Brasília — Terracap.</p> <p>5. Valor do contrato: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)</p> <p>6. Período de execução (início e fim): 05/01/2013 a 06/01/2020</p> <p>Endereço da obra ou serviço: Floresta nacional de Brasília — Fiona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília — DF.</p>			
Descrição das atividades desenvolvidas:			
PLANTIO			
Item	Descrição	Áreas (hectares)	Nº de mudas
1.1	Mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília * Fiona.	unid.	150.000
1.2	Mudas de árvores do bioma cerrado na Rede Ferroviária Federal S/A, RFFSA, Brasília — DF	unid.	250.000
<p>Atestamos que os serviços acima discriminados foram executados a contento e dentro dos prazos e normas contratuais.</p> <p>Brasília/DF, 20 de janeiro de 2020</p> <p> Documento assinado digitalmente CRISTIANO GOULART SIMAS GOMES CPF: 045.905.000-11 Verifique em https://validar.jf.gov.br</p>			

Concernente a troca do emissor do Atestado a empresa Top Grass afirma que:

"Por erro interno da emissora, o atestado foi emitido em nome da empresa errada. E a Recorrida, por mera desatenção, também não se atentou ao fato, já que recebeu o documento dos mesmos responsáveis pela empresa que foi efetivamente contratada pela Terracap e que a subcontratou para prestar os serviços, a Geo Lógica.

Assim, o atestado que comprova os serviços executados pela Recorrida na Floresta Nacional de Brasília Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A de Brasília/DF deveria ter sido expedido pela empresa GEO LÓGICA CONSULTORIA

AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, visto que ela foi a contratada pela TERRACAP no Contrato n. 01/20134 . Conforme se vê abaixo:



Considerando as dúvidas suscitadas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica em questão;

Considerando a apresentação, pela empresa Top Grass, de um novo Atestado de Capacidade Técnica com os mesmos dados do Atestado já constante nos autos, porém com emissores diferentes, entendemos ser necessário a realização de diligências para atestar de forma inequívoca a legitimidade do Atestado de Capacidade Técnica.

Assim, solicitamos à DILIC/DECOMP/DA/PRES que realize as seguintes diligências:

A empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, solicitar:

- Cópia do Contrato nº 012/2013 que originou o Atestado de Capacidade Técnica, ora questionado;
- Cópia de Diário de Obras/Serviços, fotos ou qualquer documento que demonstre a execução dos serviços pela empresa Top Grass;
- Cópia das Notas Fiscais dos pagamentos dos serviços prestados pela empresa Top Grass, por força do Contrato nº 12/2023;
- Quaisquer outros documentos e esclarecimentos que a empresa considere pertinente para comprovar a execução dos serviços referente ao Atestado de Capacidade Técnica, ora questionado.

A Terracap, solicitar:

- Informações sobre a execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap celebrado com a empresa Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda, cujo objeto é a contratação dos serviços de fornecimento de 1.000.000 (um milhão) de mudas/ano de espécies nativas do bioma Cerrado, com manutenção por 2 (dois) anos, divididos em 3 (três) lotes, conforme especificações descritas no Termo de Referência;
- Prazo de execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap;
- Informações se o Contrato nº 01/2023 - Terracap previa a subcontratação dos serviços;
- Se a Terracap tinha conhecimento que parte do objeto do Contrato nº 01/2023-Terracap, plantio de 400.000 mudas, foi subcontratado para à empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME.

- Se a Terracap emitiu algum Atestado de Capacidade Técnica referente a execução dos serviços contemplados no Contrato nº 01/2023-Terracap.

Informamos que a conclusão, a respeito do Recurso Administrativo da empresa **Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda** e das Contrarrazões da empresa **Top Grass Agrícola Ltda-ME**, só será permitida após as diligências solicitadas."

9. Assim, após a solicitação do Departamento de Parques e Jardins, a Divisão de Licitações e Contratos (DILIC/DECOMP) realizou a Diligência n.º 66/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (148848045), direcionada à empresa Top Grass Agrícola Ltda ME e solicitou informações, junto à Terracap, referente ao Contrato nº 01/2013-Terracap, uma vez que conforme os dados do citado atestado os serviços foram realizado por força deste contrato formalizado com àquele Empresa Pública.

10. **Referente a diligência da Novacap, junto a empresa Top Grass, a licitante apresentou as seguintes alegações (150792724):**

"De início, é mister frisar que o Tribunal de Contas da União já pacificou o entendimento de que é ilegal a exigência de que os atestados de capacidade técnica estejam acompanhados de notas fiscais e/ou dos contratos de prestação de serviços que o originaram para fins de demonstração da qualificação técnica das empresas licitantes. Nesse sentido, confira-se: É ilegal a exigência de que atestados de capacidade técnica estejam acompanhados de cópias de notas fiscais ou contratos que os lastreiem, uma vez que a relação de documentos de habilitação constante dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993 é taxativa. (Acórdão 2435/2021-Plenário | Relator: RAIMUNDO CARREIRO | Boletim de Jurisprudência nº 376 de 25/10/2021) – Grifos e destaques nossos.

--

É indevida a exigência de que atestados de qualificação técnica sejam acompanhados de cópias das respectivas notas fiscais, visto não estarem estes últimos documentos entre os relacionados no rol exaustivo do art. 30 da Lei 8.666/1993. (Acórdão 15239/2021-Segunda Câmara | Relator: Raimundo Carreiro | Boletim de Jurisprudência nº 374 de 13/10/2021) – Grifos e destaques nossos.

A vedação à exigência de referidos documentos sofre alguma mitigação no rol que o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap apresenta ao disciplinar a qualificação técnica dos licitantes. Segue-se a vedação à exigência de notas fiscais (porque esses documentos não constam da relação do que se pode demandar), mas se permite que a comprovação da idoneidade dos atestados se faça pelo envio de contratos de prestação de serviços. Confira-se o que está no art. 85, caput, inc. II e §§ 3º e 5º, todos do Regulamento de Licitações da NOVACAP:

Art. 85. A documentação relativa à qualificação técnica ficará adstrita a: (...) II- comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme exigência contida no Edital; (...)

§ 1º A comprovação da aptidão referida no inciso II do caput será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nos Conselhos Profissionais, salvo se o objeto a ser licitado não for alcançado pela fiscalização dessas Autarquias. (...)

§ 3º Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor

significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado. (...)

§ 5º A comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados poderá ser solicitada pela NOVACAP, mediante, dentre outros documentos, cópia do respectivo contrato, endereço da contratante e local em que foram prestados os serviços, e demais diligências que o Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitações entenderem necessárias. Grifos e destaques nossos."

11. Baseado nos argumentos citados acima a empresa Top Grass de todos os documentos solicitados pela Novacap apenas apresentou o contrato firmado com a empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda para a execução dos serviços discriminados no atestado e em relação ao não encaminhamento dos demais documentos a empresa apresentou as seguintes justificativas:

"Com o devido acatamento, percebe-se, assim, que a demanda por envio de Notas Fiscais e documentos assemelhados está em dissonância em relação ao art. 85 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap e à jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

Mesmo que quisesse atender à solicitação da Administração, é importante destacar que a Top Grass não possui mais os documentos fiscais referentes aos serviços prestados, vez que o contrato foi celebrado em 2013 e todos os pagamentos foram feitos no início da prestação dos serviços, conforme definido pelas partes.

A esse respeito, cumpre destacar que, nos termos dos arts. 150, § 4º; 173 e 174; e 195, todos do Código Tributário Nacional, os documentos fiscais somente precisam ser mantidos pelo prazo de 5 (cinco) anos, não sendo obrigação da empresa guardá-los por período indeterminado. Veja-se:

Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa. (...) § 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação. – Grifos e destaques nossos

--

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: – Grifos e destaques nossos

--

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. – Grifos e destaques nossos

--

Art. 195. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: – Grifos e destaques nossos

--

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. – Grifos e destaques nossos

--

Art. 195. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos nêles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram. – Grifos e destaques nossos.

Inclusive, o entendimento acima foi recentemente confirmado pelo E. Tribunal de Justiça do Distrito Federal, no sentido de que “os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram” (grifo nosso). Confira-se:

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. NOTAS FISCAIS EMITIDAS EM 2016. OBRIGAÇÃO DE GUARDA DOS DOCUMENTOS FISCAIS. PRAZO ESVAÍDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. O Código Tributário Nacional - CTN, em seu art. 195, parágrafo único, dispõe que os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram. O art. 174 prevê que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

2. O sujeito passivo da obrigação tributária, portanto, tem o dever de guardar os livros e documentos fiscais até que ocorra a prescrição: cinco anos contados da constituição definitiva do crédito tributário.

3. Todavia, deve-se considerar que, se verificada a decadência (art. 173 do CTN), o Fisco não mais poderá mais lançar qualquer diferença contra o sujeito passivo, o que torna desnecessária a guarda dos livros e documentos fiscais.

4. Na hipótese, como não há informações sobre procedimento administrativo instaurado em face da ré/apelada nem maiores detalhes sobre os tributos envolvidos, deve-se considerar que sua obrigação de guardar as notas fiscais cuja exibição se pretende se extinguiu em 2022 (cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte à emissão dos documentos, que ocorreu em 2016).

5. As alegações do apelante no sentido de que o prazo de cinco anos para guarda das notas fiscais deve ser contado da ciência do destinatário sobre a existência dos documentos (Teoria da actio nata) são desprovidas de razoabilidade, pois acabam por exigir do emitente o armazenamento das notas por período indeterminado. 6. Recurso desprovido. Honorários majorados. (TJ-DF 07033453420238070008 1883254, Relator: LEONARDO ROSCOE BESSA, Data de Julgamento: 19/06/2024,

6ª Turma Cível, Data de Publicação: 05/07/2024) –

Grifos e destaques nossos.

Assim, percebe-se que já houve o escoamento do prazo legal pelo qual a Top Grass deveria guardar os documentos fiscais referentes à prestação dos serviços para a Geo Lógica, e, por esse motivo, eles já foram descartados há muitos anos.

Nesse diapasão, é necessário se considerar que a relação entre Top Grass e a Geo Lógica é regida pelo Código Civil, aplicando-se, em relação ao negócio jurídico celebrado entre as partes, o prazo prescricional decenal. Isso é importante na medida em que, considerando o termo inicial da prestação dos serviços e o pagamento acordado, não haveria necessidade de a Top Grass manter em seus arquivos quaisquer documentos, pois qualquer pretensão de parte a parte na relação privada já estaria prescrita. E, também por isso, não haveria motivos para que quaisquer documentos referentes a essa contratação fossem guardados.

De todo modo, a Top Grass, imbuída de boa-fé, ea fim de afastar quaisquer dúvidas a respeito da legitimidade do atestado apresentado e da veracidade das informações dele constantes, traz anexo a esta resposta o Contrato de Prestação de Serviços, celebrado em 2013, com a empresa Geo Lógica – Consultoria Ambiental LTDA., no qual há a descrição de todos os serviços contratados.

De mais a mais, qualquer exigência que se faça além dessas é, no mínimo, desarrazoada, pois, além dos motivos expostos ao longo desta manifestação, é preciso considerar também que não há qualquer motivo para que a Novacap questione a idoneidade do atestado emitido pela Geo Lógica, especialmente porque ele atende todos os requisitos legais, conforme orientação do C. TCU. Veja-se:

Devem os atestados de capacidade técnica ser/estar:

- relacionados ao objeto da licitação;
- exigidos proporcionalmente ao item, etapa ou parcela ou conforme se dispuser a divisão do objeto;
- fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com identificação do emissor;
- emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas; - assinados por quem tenha competência para expedi-los;
- registrados na entidade profissional competente, quando for o caso;

Ainda com relação a exigências de atestados, deve ser observado que:

- seja pertinente e compatível em características, quantidades e prazos exigidos na licitação;
- sempre que possível, seja permitido somatório de quantitativos, de forma a ampliar a competição;
- não seja limitado a tempo (validade), época ou locais específicos;
- possa ser demonstrada a comprovação de aptidão até a data de entrega da proposta, não restrita à de divulgação do edital. (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília, 2010, pag. 409. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496111>)"

12. A empresa Top Grass reitera a afirmação que os atestados são legítimos e retratam informações verídicas, gozando da presunção de boa-fé, "importando que aqueles que os impugnem devam produzir provas cabais a esse respeito". **Neste sentido, cabe salientar que a Novacap não questionou a idoneidade do atestado apresentado pela licitante, porém o atestado, inicialmente apresentado pela Top Grass, utilizado para ser declarada vencedora dos Lotes lotes 4, 5, 8 e 10, foi fornecido pela empresa CGSG Participações Empresariais Eireli e foi aprovado pela área técnica do DPJ, considerando a presunção de boa fé da licitante.**

13. Porém, a empresa empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda promoveu dúvidas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica da empresa Top Grass, indicando haver inconsistências nas informações apresentadas, visto que a empresa CGSG Participações Empresariais Eirelli fornecedora do atestado, só foi aberta em 25/02/2019, ou seja um ano antes do período final da execução dos serviços atestados, 05/01/2013 a 06/01/2020. Fato que se mostrou verdadeiro, visto que a empresa Top Grass, substituiu o Atestado fornecido pela empresa CGSG, indicando que a emissora do mesmo seria a empresa Geo Lógica, com os argumentos explanados no Despacho – NOVACAP/PRES/DU/DPI (148341713), transcrito acima.

14. Desta forma, ainda entendemos que para manter a isonomia entre os participantes do certame, afastar qualquer equívoco na habilitação da licitante, dirimir quaisquer dúvidas a respeito do referido Atestado e considerando o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, Art. 85, que nos possibilita a realização de diligências, cabe a Novacap como Administração Pública averiguar as informações de modo a atestar de forma inequívoca a legitimidade da documentação apresentada, por este motivo, foram solicitadas a apresentação dos documentos listados na Diligência n.º 66/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC e consideramos, salvo melhor juízo, que a demanda para apresentação de documentos complementares ao Atestado não foram desarrazoadas, visto as dúvidas indicadas pela empresa Viveiro Campo Lindo.

15. **Referente ao pedido de informações da Novacap, junto à Terracap, a empresa encaminhou Ofício Nº 1240/2024 - TERRACAP/PRESI/DITEC/ADTEC (150646554), com os seguintes esclarecimentos:**

"Em atenção ao Ofício Nº 100/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (150560649), onde essa Companhia Urbanizadora solicita esclarecimentos sobre os itens a seguir relacionados referentes ao Contrato nº 01/2013, temos a informar:

O Prazo de execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap: **Início em 04/01/2013; Término em 07/01/2020**

Se o Contrato nº 01/2023 - Terracap previa a subcontratação dos serviços: **A subcontratação era vedada conforme cláusula décima segunda do referido contrato (150637156), in verbis:**

"CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA SUBCONTRATAÇÃO

Não serão permitidas a subcontratação total ou parcial, a associação do contrato com outrem, bem como sua cessão ou transferência total ou parcial."

Se a Terracap tinha conhecimento que parte do objeto do Contrato nº 01/2023-Terracap, plantio de 400.000 mudas, foi subcontratado para a empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME: **Em nenhum momento a Terracap foi comunicada sobre subcontratações por parte da contratada.**

Se a Terracap emitiu algum Atestado de Capacidade Técnica referente a execução dos serviços contemplados no Contrato nº 01/2023 - Terracap: **Atestado Técnico - Documento SEI 150637212).**"

16. Portanto, conforme as informações fornecidas pela Terracap, o Contrato nº 01/2023-Terracap foi formalizado entre a empresa Géo Lógica Consultoria Ambiental e àquele Órgão, para a execução dos serviços de plantio de 1.000.000 (um milhão) de mudas de espécies nativas do cerrado, estando expresso no contrato não ser permitida a subcontratação dos serviços total ou parcial, bem como a sua cessão ou transferência total ou parcial, conforme Cláusula Décima Segunda - Da Subcontratação (150637156). A Terracap informa, ainda que em nenhum momento foi comunicada que os serviços foram subcontratados.

17. No questionamento realizado pela Novacap referente a existência de Atestado de Capacidade Técnica para os serviços prestados pelo Contrato nº 01/2013-Terracap foi anexado aos autos cópia do atestado fornecido à empresa Géo Lógica Consultoria Ambiental Ltda referente a execução da totalidade dos serviços (150637212), inclusive com a indicação dos Responsáveis Técnicos da Contratada e de dos Fiscais da Contratante durante todo o período de execução do contrato.

18. Diante do exposto, entendemos que a avaliação do Recurso Administrativo da empresa **Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185)**, das Contrarrrazões da empresa **Top Grass Agrícola Ltda-ME (147638409)** e das demais informações trazidas aos autos fogem da avaliação meramente técnica e deverá ser objeto de avaliação jurídica.

19. Cabe, ainda, salientar que caso o Atestado de Capacidade Técnica, objeto do Recurso Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo, seja desconsiderado para a comprovação de qualificação técnica da empresa Top Grass a empresa deixará de comprovar a realização dos serviços nos quantitativos mínimos definidos no item 14.13. Qualificação Técnica do PB para o item plantio de árvores/arbustos e palmeiras, levando a sua inabilitação em todos os lotes inicialmente arrematados, ou seja, lotes 4, 5, 8 e 10.

20. Assim, diante do exposto, solicitamos gestão de Vossa Senhoria, junto à Diretoria Jurídica, para parecer quanto a aceitação do Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda à empresa Top Grass, por presunção de boa fé, e ato contínuo seja negado provimento ao Recurso Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185).

21. À consideração de Vossa Senhoria.



Documento assinado eletronicamente por **NITLI GALDINO SIQUEIRA - Matr.0075021-2, Assessor(a)**, em 20/09/2024, às 07:41, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAIMUNDO OLIVEIRA SILVA - Matr.0073772-0, Chefe do Departamento de Parques e Jardins**, em 20/09/2024, às 08:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **151237137** código CRC= **1DCC1355**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF
Telefone(s): 3403-2460
Sítio - www.novacap.df.gov.br



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Diretoria Jurídica
Departamento Jurídico Consultivo

Parecer SEI-GDF n.º 604/2024 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS

Processo nº 00110-00000948/2021-14

Interessado: DECOMP/DILIC

Assunto: Recurso Administrativo - Pregão Eletrônico nº 039/2022 – DECOMP/DA - PARA REGISTRO DE PREÇOS (109448985)

Ementa: Recurso. Direito Administrativo. Atestado de capacidade técnica. Ausência de comprovação da prestação de serviço. Habilitação técnica não demonstrada.

Senhor Chefe-Adjunto do Departamento Jurídico Consultivo,

I - Relatório

1. Trata-se o presente processo do Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2024 – DECOMP/DA - PARA REGISTRO DE PREÇOS (109448985), cujo objeto é eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de execução de paisagismo incluindo o fornecimento, plantio e conservação de gramados, árvores, palmeiras e arbustos em todo o Distrito Federal, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico e no Edital e seus anexos.
2. O Departamento de Compras, por meio do Despacho – NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (152010069), encaminhou os autos a esta Diretoria Jurídica solicitando o que segue:

1. Trata-se do Recurso Administrativo interposto pela empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185), contrarrazado pela Top Grass Agrícola Ltda-ME (147638409).

2. Os autos foram encaminhados à área demandante por meio do Despacho NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (147639187) para análise e emissão de parecer sobre o Recurso Administrativo. Na sequência, foi solicitado, através do Despacho NOVACAP/PRES/DU (148718737), a realização de diligências, as quais foram concluídas e enviadas novamente para decisão (150789527). Em última análise, o Despacho NOVACAP/PRES/DU (151723767) determinou o envio dos autos à Diretoria Jurídica (DJ) para análise.

Diante do exposto, entendemos que a avaliação do Recurso Administrativo da empresa **Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185)**, das Contrarrazões da empresa **Top Grass Agrícola Ltda-ME (147638409)** e das demais informações trazidas aos autos fogem da avaliação meramente técnica e deverá ser objeto de avaliação jurídica.

Cabe, ainda, salientar que caso o Atestado de Capacidade Técnica, objeto do Recurso Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo, seja desconsiderado para a comprovação de qualificação técnica da empresa Top Grass a empresa deixará de comprovar a realização dos serviços nos quantitativos mínimos definidos no item 14.13. Qualificação Técnica do PB para o item plantio de árvores/arbustos e palmeiras, levando a sua inabilitação em todos os lotes inicialmente arrematados, ou seja, lotes 4, 5, 8 e 10.

Assim, diante do exposto, solicitamos gestão de Vossa Senhoria, junto à Diretoria Jurídica, para parecer quanto a aceitação do Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda à empresa Top Grass, por presunção de boa fé, e ato contínuo seja negado provimento ao Recurso Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185).

3. A análise do Recurso Administrativo e da contrarrazão apresentada revela que a matéria discutida exige avaliação jurídica, considerando aspectos que transcendem a análise meramente técnica. É fundamental que a Diretoria Jurídica avalie os argumentos apresentados por ambas as partes, especialmente em relação à validade do Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela Top Grass.

4. Em virtude do exposto, encaminhamos os autos para que se manifeste a respeito do Despacho NOVACAP/PRES/DU (151723767), para decisão do recurso.

5. Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

3. A consulta supramencionada decorre da solicitação contida no Despacho – NOVACAP/PRES/DU (151723767), vazado nos seguintes termos:

Em atenção ao Despacho – NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC, (150789527), que trata Recurso Administrativo interposto pela VIVEIRO CAMPO LINDO (147200185), contrarrazado pela TOP GRASS (147638409), que após realizada a Diligência n.º 66/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (148848045) com a empresa TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA ME, atendida por meio do documento (150792724) e, no Processo 00112-00019157/2024-54, esta Diretoria se manifesta por meio do Despacho – NOVACAP/PRES/DU/DPI, (151593586), conforme:

O presente trata-se do Recurso Administrativo e das Contrarrazões apresentados pelas empresas Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda e Top Grass Agrícola Ltda-ME, respectivamente, referente a habilitação da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, como arrematante do Lote 05 do Pregão Eletrônico nº 039/2022 - DECOMP/DA (103350518), no qual faremos um breve resumo da análise, realizada pela área técnica do DPI, da capacidade técnica da Empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME:

Inicialmente a empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME foi arrematante dos Lote 04, 08 e 10, sendo que após análise dos atestados de capacidade técnica foi considerada apta para arrematar os três lotes pretendidos (140479706), posteriormente a citada empresa solicitou benefício de ME/EPP para ser declarada arrematante do lote 05.

Atendida o direito de preferência e após análise da documentação apresentada pela empresa Top Grass ela foi declarada habilitada para arrematar, também, o lote 05.

Posteriormente, a empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda apresentou Recurso Administrativo referente a habilitação da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, como arrematante do Lote 05 do Pregão Eletrônico nº 039/2022 - DECOMP/DA (103350518), suscitando dúvidas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa CGSG Participações Empresariais Eirelli, CNPJ 32.878.783/0001-05 à empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME. Especificamente, este atestado possibilitou a habilitação da empresa como arrematante não apenas do lote 05, mas também, dos lotes 4, 8 e 10, pois comprava a execução nos quantitativo previsto no Projeto Básico de plantio de árvores/arbustos e palmeiras.

Desta forma, a Divisão de Licitações e Contratos (Dilic), solicitou por meio do Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (147639187) que Departamento de Parques e Jardins apresentasse manifestação referente ao Recurso Administrativo apresentados pela empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda e as Contrarrrazões da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME.

Após análise da documentação demonstrada no Recurso Administrativo e nas Contrarrrazões das já citadas empresas o Departamento de Parques e Jardins optou pela realização de diligências para dirimir as dúvidas referente ao Atestado de Capacidade Técnica da empresa Top Grass, visto os dados aparentemente contraditórios dos documentos apresentados, uma vez que a empresa CGSG Participações Empresariais Eirelli, conforme informações da Receita Federal do Brasil, só foi registrada em fevereiro de 2019 e o período de execução dos serviços, ao qual o atestado se referia, ocorreu no período de 05/01/2013 06/01/2020, sendo que anterior a abertura da empresa, salvo melhor juízo, entendemos não ser possível o fornecimento de atestado capacidade técnica em seu nome.

Outro fator que levou a área técnica a solicitar diligências para o tomada de decisão referente ao Recurso Administrativo e as contrarrrazões apresentadas foi, também, o fato de que após a indicação da existência de inconsistências nos dados constantes no Atestado de Capacidade Técnica a empresa Top Grass apresentou um novo atestado, substituindo o citado documento por outro, de igual teor, porém emitido pela empresa Géo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda, sob a seguinte alegação de:

"(...) **houve um mero erro material no nome da empresa emissora do atestado**, vez que a CGSG1 e a GEO LÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.2 empresa que contratou a Top Grass para execução dos serviços são do mesmo grupo econômico e administradas pelo mesmo sócio administrador, qual seja, o Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes (...)" *grifo nosso*

Segue abaixo transcrição da análise preliminar do Recurso Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo e das Contrarrrazões da empresa Top Grass, constante do Despacho – NOVACAP/PRES/DU/DPJ (148341713):

"Recurso Administrativo: Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185):

A empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda apresentou Recurso Administrativo referente a habilitação da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, como arrematante do Lote 05 do Pregão Eletrônico nº 039/2022 - DECOMP/DA (103350518), no qual esclarecemos:

A análise da qualificação técnica cumpriu ao determinado na Decisão nº 1313/2024 (139866791) do Tribunal de Contas do Distrito Federal (129656604):

"(...)"

b) retome o andamento do Pregão Eletrônico por SRP n.º 39/2022 à fase de julgamento das condições de habilitação, imediatamente posterior à etapa de lances, para todos os lotes do certame (01 a 10), devendo avaliar os atestados técnicos, relativos às "árvores/arbustos" e às "palmeiras", de forma conjunta, e levando em consideração apenas a documentação entregue pelas licitantes quando da abertura do certame, deixando de considerar eventuais documentos entregues após a escoima promovida com esteio no art. 117 do Regulamento de Licitações e Contratos da jurisdição;

"(...)"

A avaliação referente a qualificação técnica da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME foi realizada tendo como referência os Atestados de Capacidade Técnica apresentados na fase de habilitação, anexados aos autos no dia 20/04/2024, em arquivo denominado "Habilitação Documentos - TOP GRASS (111024364)".

A empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda suscitou dúvidas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa CGSG Participações Empresariais Eirelli, CNPJ 32.878.783/0001-05 à empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME que possibilitou a habilitação da empresa como arrematante não apenas do lote 05, mas também, dos lotes 4, 8 e 10, para o item plantio de árvores/arbustos e palmeiras, na qual em seu Recurso Administrativo, assim pontua:

(...) Em consulta a base de dados da Receita Federal do Brasil, a empresa CGSC foi fundada, teve sua abertura em 25.02.2019.

Firefox <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva...>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 32.878.783/0001-05 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 25/02/2019
NOME EMPRESARIAL CGSG PARTICIPACOES EMPRESARIAIS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CGSG PARTICIPACOES EMPRESARIAIS			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 41.20-4-00 - Construção de edifícios 43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas 43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO Q SAAN QUADRA 1 LOTE	NUMERO 400	COMPLEMENTO PARTE A	
CEP 70.632-100	BARRIO/DISTRITO ZONA INDUSTRIAL	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO GEOLOGICA@GEOLOGICADF.COM.BR		TELEFONE (61) 3327-1777	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/02/2019
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 29/07/2024 às 18:05:53 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Como é possível a emissão de um atestado de capacidade técnica emitido em 20.01.2020, atestando serviços executados no período de 05.01.2013 a 06.01.2020.

Não é possível."

Para manter a isonomia entre licitantes, afastar qualquer equívoco na habilitação da licitante, dirimir quaisquer dúvidas a respeito do referido Atestado e considerando o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, Art. 85, entendemos ser necessário a realização de diligências para atestar de forma inequívoca a legitimidade do mesmo.

Contrarrrazões Empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, referente ao Recurso Administrativo interposto pela empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147638409):

Em atenção as contrarrrazões apresentadas pela empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME a respeito do Recursos Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda, informamos que:

O Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa CGSG Participações à empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, apresenta as seguintes informações:

A empresa CGSG contratante da empresa Top Grass, Contrato nº 12/2023, atesta a execução do plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma Cerrado, no período de 05/01/2013 a 06/01/2020, na área da Floresta Nacional de Brasília - Flona e Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília-DF, sendo a proprietária do empreendimento a Terracap.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	
<p>ATESTAMOS, para fins de comprovação de realização de atividade técnica, que a empresa TOP GRASS AGRICOLA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.185.890/0001-20, com sede no Nucleo Rural Rio Preto, Fazenda Titumba, Planaltina, Brasília/DF, CEP 70.719-900, por meio do seu responsável técnico o Engenheiro Agrônomo Carlos Henrique Pimenta, CREA nº 8886/D-GO, PRESTOU à CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 32.878.783/0001-05, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:</p>	
Dados da obra ou serviço:	
<p>1. Contrato n.º : 12/2013</p> <p>Objeto do Contrato: Execução e plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília – Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF.</p> <p>1. Empresa contratada: TOP GRASS AGRICOLA LTDA ME CNPJ nº 15.185.890/0001-20.</p> <p>2. Responsável Técnico: Engenheiro Agrônomo Carlos Pimenta, CREA nº 8886/D-GO</p> <p>3. Contratante dos serviços: CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 32.878.783/0001-05, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100.</p> <p>4. Empresa proprietária do empreendimento: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap.</p> <p>5. Valor do contrato: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)</p> <p>6. Período de execução (início e fim): 05/01/2013 a 06/01/2020</p> <p>Endereço da obra ou serviço: Floresta nacional de Brasília – Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF.</p>	

Descrição das atividades desenvolvidas:

PLANTIO			
Item	Descrição	Área (hectares)	Nº de mudas
1.1	Mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília – Flona.	unid.	150.000
1.2	Mudas de árvores do bioma cerrado na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF	unid	250.000

Atestamos que os serviços acima discriminados foram executados a contento e dentro dos prazos e normas contratuais.

Brasília-DF, 20 de janeiro de 2020

CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI
Cristiano Goulart Simas Gomes
Responsável Legal

Nas contrarrrazões apresentadas pela empresa Top Grass, referente as dúvidas suscitada pela empresa Viveiro Campo Lindo referente o Atestado de Capacidade Técnica da empresa Top Grass na realização dos serviços de plantio de árvores do bioma do Cerrado antes de 2019, uma vez que sua a empresa foi fundada em 2019, a empresa afirma que:

(...) houve um mero erro material no nome da empresa emissora do atestado, vez que a CGSG1 e a GEO LÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.2 empresa que contratou a Top Grass para execução dos serviços são do mesmo grupo econômico e administradas pelo mesmo sócio administrador, qual seja, o Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes (...)

Tal afirmação está acompanhada de uma declaração do Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes que declara ser proprietário das empresas CGSG Participações Empresariais Eireli e da empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda.

A empresa Top Grass, também apresenta em sua contrarrazão um novo Atestado de Capacidade Técnica, com os mesmo dados do anterior, porém emitido pela empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda, com data de emissão no 20/01/2020, mas assinado em 01/08/2024:


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	
<p>ATESTAMOS, para fins de comprovação de realização de atividade técnica, que a empresa TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.185.890/0001-20, com sede no Núcleo Rural Rio Preto, Fazenda Titumba, Planaltina, Brasília/DF, CEP 70.719-900, por meio do seu responsável técnico o Engenheiro Agrônomo Carlos Henrique Pimenta, CREA nº 8886/D-GO, PRESTOU à GEO LÓGICA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, sediada no SAAN, Quadra 1, Lote 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:</p>	
Dados da obra ou serviço:	
<p>1. Contrato n.º: 12/2013</p> <p>Objeto do Contrato: Execução e plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília — Fiona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília — DF.</p> <p>1. Empresa contratada: TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA ME CNPJ nº 15.185.890/0001-20.</p> <p>2. Responsável Técnico: Engenheiro Agrônomo Carlos Pimenta, CREA nº 8886/D- GO</p> <p>3. Contratante dos serviços: GEO LÓGICA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100.</p> <p>4. Empresa proprietária do empreendimento: Companhia imobiliária de Brasília — Terracap.</p> <p>5. Valor do contrato: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)</p> <p>6. Período de execução (início e fim): 05/01/2013 a 06/01/2020</p> <p>Endereço da obra ou serviço: Floresta nacional de Brasília — Fiona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília — DF.</p>	

Descrição das atividades desenvolvidas:

PLANTIO			
Item	Descrição	Áreas (hectares)	Nº de mudas
1.1	Mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília " Fiona.	unid.	150.000
1.2	Mudas de árvores do bioma cerrado na Rede Ferroviária Federal S/A, RFFSA, Brasília — DF	unid.	250.000

Atestamos que os serviços acima discriminados foram executados a contento e dentro dos prazos e normas contratuais.

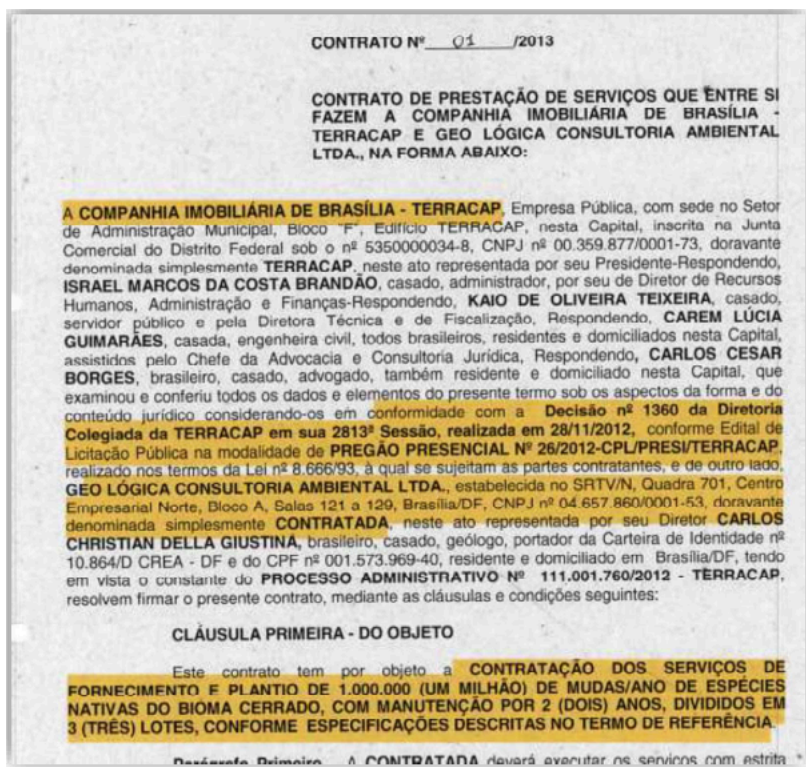
Brasília/DF, 20 de janeiro de 2020

Documento assinado digitalmente
 **CRISTIANO GOULART SIMAS GOMES**
 Data: 01/08/2024 16:14:15-0300
 Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Concernente a troca do emissor do Atestado a empresa Top Grass afirma que:

"Por erro interno da emissora, o atestado foi emitido em nome da empresa errada. E a Recorrida, por mera desatenção, também não se atentou ao fato, já que recebeu o documento dos mesmos responsáveis pela empresa que foi efetivamente contratada pela Terracap e que a subcontratou para prestar os serviços, a Geo Lógica.

Assim, o atestado que comprova os serviços executados pela Recorrida na Floresta Nacional de Brasília Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A de Brasília/DF deveria ter sido expedido pela empresa GEO LÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, visto que ela foi a contratada pela TERRACAP no Contrato n. 01/20134 . Conforme se vê abaixo:



Considerando as dúvidas suscitadas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica em questão;

Considerando a apresentação, pela empresa Top Grass, de um novo Atestado de Capacidade Técnica com os mesmos dados do Atestado já constante nos autos, porém com emissores diferentes, entendemos ser necessário a realização de diligências para atestar de forma inequívoca a legitimidade do Atestado de Capacidade Técnica.

Assim, solicitamos à DILIC/DECOMP/DA/PRES que realize as seguintes diligências:

A empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, solicitar:

- Cópia do Contrato nº 012/2013 que originou o Atestado de Capacidade Técnica, ora questionado;
- Cópia de Diário de Obras/Serviços, fotos ou qualquer documento que demonstre a execução dos serviços pela empresa Top Grass;
- Cópia das Notas Fiscais dos pagamentos dos serviços prestados pela empresa Top Grass, por força do Contrato nº 12/2023;
- Quaisquer outros documentos e esclarecimentos que a empresa considere pertinente para comprovar a execução dos serviços referente ao Atestado de Capacidade Técnica, ora questionado.

A Terracap, solicitar:

- Informações sobre a execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap celebrado com a empresa Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda, cujo objeto é a contratação dos serviços de fornecimento de 1.000.000 (um milhão) de mudas/ano de espécies nativas do bioma Cerrado, com manutenção por 2 (dois) anos, divididos em 3 (três) lotes, conforme especificações descritas no Termo de Referência;
- Prazo de execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap;
- Informações se o Contrato nº 01/2023 - Terracap previa a subcontratação dos serviços;
- Se a Terracap tinha conhecimento que parte do objeto do Contrato nº 01/2023-Terracap, plantio de 400.000 mudas, foi subcontratado para a empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME.
- Se a Terracap emitiu algum Atestado de Capacidade Técnica referente a execução dos serviços contemplados no Contrato nº 01/2023-Terracap.

Informamos que a conclusão, a respeito do Recurso Administrativo da empresa **Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda** e das Contrarrazões da empresa **Top Grass Agrícola Ltda-ME**, só será permitida após as diligências solicitadas."

Assim, após a solicitação do Departamento de Parques e Jardins, a Divisão de Licitações e Contratos (DILIC/DECOMP) realizou a Diligência n.º 66/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (148848045), direcionada à empresa Top Grass Agrícola Ltda ME e solicitou informações, junto à Terracap, referente ao Contrato nº 01/2013-Terracap, uma vez que conforme os dados do citado atestado os serviços foram realizado por força deste contrato formalizado com àquele Empresa Pública.

Referente a diligência da Novacap, junto a empresa Top Grass, a licitante apresentou as seguintes alegações (150792724):

"De início, é mister frisar que o Tribunal de Contas da União já pacificou o entendimento de que é ilegal a exigência de que os atestados de capacidade técnica estejam acompanhados de notas fiscais e/ou dos contratos de prestação de serviços que o originaram para fins de demonstração da qualificação técnica das empresas licitantes. Nesse sentido, confira-se: É ilegal a exigência de que atestados de capacidade técnica estejam acompanhados de cópias de notas fiscais ou contratos que os lastreiem, uma vez que a relação de documentos de habilitação constante dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993 é taxativa. (Acórdão 2435/2021-Plenário | Relator: RAIMUNDO CARREIRO | Boletim de Jurisprudência nº 376 de 25/10/2021) – Grifos e destaques nossos.

É indevida a exigência de que atestados de qualificação técnica sejam acompanhados de cópias das respectivas notas fiscais, visto não estarem estes últimos documentos entre os relacionados no rol exaustivo do art. 30 da Lei 8.666/1993. (Acórdão 15239/2021-Segunda Câmara | Relator: Raimundo Carreiro | Boletim de Jurisprudência nº 374 de 13/10/2021) – Grifos e destaques nossos.

A vedação à exigência de referidos documentos sofre alguma mitigação no rol que o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap apresenta ao disciplinar a qualificação técnica dos licitantes. Segue-se a vedação à exigência de notas fiscais (porque esses documentos não constam da relação do que se pode demandar), mas se permite que a comprovação da idoneidade dos atestados se faça pelo envio de

contratos de prestação de serviços. Confira-se o que está no art. 85, caput, inc. II e §§ 3º e 5º, todos do Regulamento de Licitações da NOVACAP:

Art. 85. A documentação relativa à qualificação técnica ficará adstrita a: (...) II- comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme exigência contida no Edital; (...)

§ 1º A comprovação da aptidão referida no inciso II do caput será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nos Conselhos Profissionais, salvo se o objeto a ser licitado não for alcançado pela fiscalização dessas Autarquias. (...)

§ 3º Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado. (...)

§ 5º A comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados poderá ser solicitada pela NOVACAP, mediante, dentre outros documentos, cópia do respectivo contrato, endereço da contratante e local em que foram prestados os serviços, e demais diligências que o Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitações entenderem necessárias. Grifos e destaques nossos."

Baseado nos argumentos citados acima a empresa Top Grass de todos os documentos solicitados pela Novacap apenas apresentou o contrato firmado com a empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda para a execução dos serviços discriminados no atestado e em relação ao não encaminhamento dos demais documentos a empresa apresentou as seguintes justificativas:

"Com o devido acatamento, percebe-se, assim, que a demanda por envio de Notas Fiscais e documentos assemelhados está em dissonância em relação ao art. 85 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap e à jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

Mesmo que quisesse atender à solicitação da Administração, é importante destacar que a Top Grass não possui mais os documentos fiscais referentes aos serviços prestados, vez que o contrato foi celebrado em 2013 e todos os pagamentos foram feitos no início da prestação dos serviços, conforme definido pelas partes.

A esse respeito, cumpre destacar que, nos termos dos arts. 150, § 4º; 173 e 174; e 195, todos do Código Tributário Nacional, os documentos fiscais somente precisam ser mantidos pelo prazo de 5 (cinco) anos, não sendo obrigação da empresa guardá-los por período indeterminado. Veja-se:

Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa. (...) § 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação. – Grifos e destaques nossos

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: – Grifos e destaques nossos

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. – Grifos e destaques nossos

Art. 195. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: – Grifos e destaques nossos

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. – Grifos e destaques nossos

Art. 195. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos nêles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram. – Grifos e destaques nossos.

Inclusive, o entendimento acima foi recentemente confirmado pelo E. Tribunal de Justiça do Distrito Federal, no sentido de que “os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram” (grifo nosso). Confira-se:

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. NOTAS FISCAIS EMITIDAS EM 2016. OBRIGAÇÃO DE GUARDA DOS DOCUMENTOS FISCAIS. PRAZO ESVÁIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. O Código Tributário Nacional - CTN, em seu art. 195, parágrafo único, dispõe que os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram. O art. 174 prevê que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

2. O sujeito passivo da obrigação tributária, portanto, tem o dever de guardar os livros e documentos fiscais até que ocorra a prescrição: cinco anos contados da constituição definitiva do crédito tributário.

3. Todavia, deve-se considerar que, se verificada a decadência (art. 173 do CTN), o Fisco não mais poderá mais lançar qualquer diferença contra o sujeito passivo, o que torna desnecessária a guarda dos livros e documentos fiscais.

4. Na hipótese, como não há informações sobre procedimento administrativo instaurado em face da ré/apelada nem maiores detalhes sobre os tributos envolvidos, deve-se considerar que sua obrigação de guardar as notas fiscais cuja exibição se pretende se extinguiu em 2022 (cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte à emissão dos documentos, que ocorreu em 2016).

5. As alegações do apelante no sentido de que o prazo de cinco anos para guarda das notas fiscais deve ser contado da ciência do destinatário sobre a existência dos documentos (Teoria da actio nata) são desprovidas de razoabilidade, pois acabam por exigir do emitente o armazenamento das notas por período indeterminado. 6. Recurso desprovido. Honorários majorados. (TJ-DF 07033453420238070008 1883254, Relator: LEONARDO ROSCOE BESSA, Data de Julgamento: 19/06/2024,

6ª Turma Cível, Data de Publicação: 05/07/2024) –

Grifos e destaques nossos.

Assim, percebe-se que já houve o escoamento do prazo legal pelo qual a Top Grass deveria guardar os documentos fiscais referentes à prestação dos serviços para a Geo Lógica, e, por esse motivo, eles já foram descartados há muitos anos.

Nesse diapasão, é necessário se considerar que a relação entre Top Grass e a Geo Lógica é regida pelo Código Civil, aplicando-se, em relação ao negócio jurídico celebrado entre as partes, o prazo prescricional decenal. Isso é importante na medida em que, considerando o termo inicial da prestação dos serviços e o pagamento acordado, não haveria necessidade de a Top Grass manter em seus arquivos quaisquer documentos, pois qualquer pretensão de parte a parte na relação privada já estaria prescrita. E, também por isso, não haveria motivos para que quaisquer documentos referentes a essa contratação fossem guardados.

De todo modo, a Top Grass, imbuída de boa-fé, ea fim de afastar quaisquer dúvidas a respeito da legitimidade do atestado apresentado e da veracidade das informações dele constantes, traz anexo a esta resposta o Contrato de Prestação de Serviços, celebrado em 2013, com a empresa Geo Lógica – Consultoria Ambiental LTDA., no qual há a descrição de todos os serviços contratados.

De mais a mais, qualquer exigência que se faça além dessas é, no mínimo, desarrazoada, pois, além dos motivos expostos ao longo desta manifestação, é preciso considerar também que não há qualquer motivo para que a Novacap questione a idoneidade do atestado emitido pela Geo Lógica, especialmente porque ele atende todos os requisitos legais, conforme orientação do C. TCU. Veja-se:

Devem os atestados de capacidade técnica ser/estar:

- relacionados ao objeto da licitação;
- exigidos proporcionalmente ao item, etapa ou parcela ou conforme se dispuser a divisão do objeto;
- fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com identificação do emissor;
- emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas; - assinados por quem tenha competência para expedir-los;
- registrados na entidade profissional competente, quando for o caso;

Ainda com relação a exigências de atestados, deve ser observado que:

- seja pertinente e compatível em características, quantidades e prazos exigidos na licitação;
- sempre que possível, seja permitido somatório de quantitativos, de forma a ampliar a competição;
- não seja limitado a tempo (validade), época ou locais específicos;
- possa ser demonstrada a comprovação de aptidão até a data de entrega da proposta, não restrita à de divulgação do edital. (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília, 2010, pag. 409. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496111>)

A empresa Top Grass reitera a afirmação que os atestados são legítimos e retratam informações verídicas, gozando da presunção de boa-fé, "importando que aqueles que os impugnem devam produzir provas cabais a esse respeito". Neste sentido, cabe salientar que a Novacap não questionou a idoneidade do atestado apresentado pela licitante, porém o atestado, inicialmente apresentado pela Top Grass, utilizado para ser declarada vencedora dos Lotes lotes 4, 5, 8 e 10, foi fornecido pela empresa CGSG Participações Empresariais Eireli e foi aprovado pela área técnica do DPJ, considerando a presunção de boa fé da licitante.

Porém, a empresa empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda promoveu dúvidas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica da empresa Top Grass, indicando haver inconsistências nas informações apresentadas, visto que a empresa CGSG Participações Empresariais Eireli fornecedora do atestado, só foi aberta em 25/02/2019, ou seja um ano antes do período final da execução dos serviços atestados, 05/01/2013 a 06/01/2020. Fato que se mostrou verdadeiro, visto que a empresa Top Grass, substituiu o Atestado fornecido pela empresa CGSG, indicando que a emissora do mesmo seria a empresa Geo Lógica, com os argumentos explanados no Despacho – NOVACAP/PRES/DU/DPJ (148341713), transcrito acima.

Desta forma, ainda entendemos que para manter a isonomia entre os participantes do certame, afastar qualquer equívoco na habilitação da licitante, dirimir quaisquer dúvidas a respeito do referido Atestado e considerando o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, Art. 85, que nos possibilita a realização de diligências, cabe a Novacap como Administração Pública averiguar as informações de modo a atestar de forma inequívoca a legitimidade da documentação apresentada, por este motivo, foram solicitadas a apresentação dos documentos listados na Diligência n.º 66/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC e consideramos, salvo melhor juízo, que a demanda para apresentação de documentos complementares ao Atestado não foram desarrazoadas, visto as dúvidas indicadas pela empresa Viveiro Campo Lindo.

Referente ao pedido de informações da Novacap, junto à Terracap, a empresa encaminhou Ofício Nº 1240/2024 - TERRACAP/PRESI/DITEC/ADTEC (150646554), com os seguintes esclarecimentos:

"Em atenção ao Ofício Nº 100/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (150560649), onde essa Companhia Urbanizadora solicita esclarecimentos sobre os itens a seguir relacionados referentes ao Contrato nº 01/2013, temos a informar:

O Prazo de execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap: **Início em 04/01/2013; Término em 07/01/2020**

Se o Contrato nº 01/2013 - Terracap previa a subcontratação dos serviços: **A subcontratação era vedada conforme cláusula décima segunda do referido contrato (150637156), in verbis:**

"CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA SUBCONTRATAÇÃO

Não serão permitidas a subcontratação total ou parcial, a associação do contrato com outrem, bem como sua cessão ou transferência total ou parcial."

Se a Terracap tinha conhecimento que parte do objeto do Contrato nº 01/2013-Terracap, plantio de 400.000 mudas, foi subcontratado para a empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME: **Em nenhum momento a Terracap foi comunicada sobre subcontratações por parte da contratada.**

Se a Terracap emitiu algum Atestado de Capacidade Técnica referente a execução dos serviços contemplados no Contrato nº 01/2013 - Terracap: **Atestado Técnico - Documento SEI 150637212).**"

Portanto, conforme as informações fornecidas pela Terracap, o Contrato nº 01/2013-Terracap foi formalizado entre a empresa Geo Lógica Consultoria Ambiental e àquele Órgão, para a execução dos serviços de plantio de 1.000.000 (um milhão) de mudas de espécies nativas do cerrado, estando expresso no contrato não ser permitida a subcontratação dos serviços total ou parcial, bem como a sua cessão ou transferência total ou parcial, conforme Cláusula Décima Segunda - Da Subcontratação (150637156). A Terracap informa, ainda que em nenhum momento foi comunicada que os serviços foram subcontratos.

No questionamento realizado pela Novacap referente a existência de Atestado de Capacidade Técnica para os serviços prestados pelo Contrato nº 01/2013-Terracap foi anexado aos autos cópia do atestado fornecido à empresa Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda referente a execução da totalidade dos serviços (150637212), inclusive com a indicação dos Responsáveis Técnicos da Contratada e de dos Fiscais da Contratante durante todo o período de execução do contrato.

Diante do exposto, entendemos que a avaliação do Recurso Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185), das Contrarrazões da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME (147638409) e das demais informações trazidas aos autos fogem da avaliação meramente técnica e deverá ser objeto de avaliação jurídica.

Cabe, ainda, salientar que caso o Atestado de Capacidade Técnica, objeto do Recurso Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo, seja desconsiderado para a comprovação de qualificação técnica da empresa Top Grass a empresa deixará de comprovar a realização dos serviços nos quantitativos mínimos definidos no item 14.13. Qualificação Técnica do PB para o item plantio de árvores/arbustos e palmeiras, levando a sua inabilitação em todos os lotes inicialmente arrematados, ou seja, lotes 4, 5, 8 e 10.

Assim, diante do exposto, solicitamos gestão de Vossa Senhoria, junto à Diretoria Jurídica, para parecer quanto a aceitação do Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda à empresa Top Grass, por presunção de boa fé, e ato contínuo seja negado provimento ao Recurso Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185).

Diante disso, encaminha-se os presentes para conhecimento e providências.

4. É o relatório.

II - Análise

5. Inicialmente, cumpre registrar que esta análise se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, não sendo objeto deste parecer a avaliação quanto à oportunidade e conveniência do gestor, tampouco aos aspectos técnicos, econômicos e orçamentários, portanto não é vinculante para o gestor público, o qual pode, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa daquela emanada por este Departamento Jurídico Consultivo.

6. Ademais, presume-se que os documentos acostados aos autos, sua autenticidade, especificações técnicas são de responsabilidade dos setores competentes, não cabendo a esta assessoria adentrar-se na análise dos mesmos.

7. É cediço que desde 16.07.2020 está em vigor novo Regulamento de Licitações e Contratos - RLC da NOVACAP que rege os procedimentos de licitação e os contratos desta empresa pública.

8. O Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP é o instrumento jurídico que esta Administração deverá observar nos seus procedimentos de licitações e contratos. Destaque-se que esse Regulamento é regido pela Lei nº 13.303, de 2016, pela Lei Distrital nº 4.770, de 2002, e pelos Decretos nºs 23.460/2002, 32.566/2010, 39.103/2018, 38.365/17, e demais normas aplicáveis.

9. Nesse sentido, a referida norma deverá ser adotada para guiar a presente análise.

10. A interposição de recurso administrativo é cabível contra atos decisórios em face de licitante nos casos de habilitação ou inabilitação, julgamento das propostas, anulação ou revogação da licitação, indeferimento do pedido de inscrição em registro-cadastral, sua alteração ou cancelamento.

11. A empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda apresentou Recurso Administrativo (147200185) em face da habilitação da empresa Top Grass Agrícola ao lote 05, alegando, em síntese, que os atestados de capacidade técnica apresentados à época do certame não atingem o quantitativo mínimo exigido no edital.

12. Alega que a pregoeira se equivocou ao considerar itens que não estão contemplados na decisão TCDF, visto o Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa CGSG Participações Empresariais Eirelli, CNPJ 32.878.783/0001-05, referente a execução e plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado, não podendo ser considerados "plantio de palmeira, árvore e arbusto", uma vez que o item não é compatível com o objeto licitado, em termos de tamanho (porte) e demais atividades relacionado a arborização urbana.

13. Aduz, ainda, que a empresa CGSC, emitente do atestado de capacidade técnica apresentado pela recorrida, foi aberta em 25/02/2019, razão pela qual não poderia emitir atestado de capacidade técnica por serviços prestados no período de 05/01/2013 a 06/01/2020.

14. A tempestividade do recurso foi atestada pela Chefe do Departamento de Compras Interino (a), conforme Despacho – NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (147639187).

15. A recorrida, por sua vez, ofertou contrarrazões ao recurso (147638409), aduzindo, em síntese, que houve erro material na emissão do atestado de capacidade técnica, tendo em vista que as empresas CGSG e GEO LÓGICA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA são do mesmo grupo econômico e administradas pelo mesmo sócio administrador, Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes, de modo que por equívoco, o atestado foi emitido pela empresa CGSG quando na verdade deveria ter sido expedido pela empresa GEO LÓGICA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, empresa essa que figurou como contratada no Contrato nº 01/2013 celebrado com a Terracap e que a subcontratou para executar os serviços mencionados no atestado de capacidade técnica objeto de questionamento pela recorrente.

16. Assim, a fim de corrigir o alegado erro material, a recorrida apresentou um novo atestado de capacidade técnica, desta vez, emitido pela GEO LÓGICA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.

17. Diante dos fatos alegados pela recorrente, a área técnica, no Despacho – NOVACAP/PRES/DU/DPI (148341713), requereu diligência nos seguintes termos:

(...)

3.9.1. A empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, solicitar:

- Cópia do Contrato nº 012/2013 que originou o Atestado de Capacidade Técnica, ora questionado;
- Cópia de Diário de Obras/Serviços, fotos ou qualquer documento que demonstre a execução dos serviços pela empresa Top Grass;
- Cópia das Notas Fiscais dos pagamentos dos serviços prestados pela empresa Top Grass, por força do Contrato nº 12/2023;
- Quaisquer outros documentos e esclarecimentos que a empresa considere pertinente para comprovar a execução dos serviços referidos.

3.9.2. A Terracap, solicitar:

- Informações sobre a execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap celebrado com a empresa Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda, bioma Cerrado, com manutenção por 2 (dois) anos, divididos em 3 (três) lotes, conforme especificações descritas no Termo de Referência;
- Prazo de execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap;
- Informações se o Contrato nº 01/2023 - Terracap previa a subcontratação dos serviços;
- Se a Terracap tinha conhecimento que parte do objeto do Contrato nº 01/2023-Terracap, plantio de 400.000 mudas, foi subcontratado;
- Se a Terracap emitiu algum Atestado de Capacidade Técnica referente a execução dos serviços contemplados no Contrato nº 01/2023-Terracap.

18. Assim, foi realizada a Diligência nº 66/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (148848045), tendo a recorrida, na resposta (150792724), apresentado a cópia do contrato nº 012/2013, entabulado com a empresa GEO LÓGICA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., bem como informado que não possui mais as notas fiscais e outros documentos em relação ao mencionado contrato, tendo em vista que esse foi celebrado há mais de 10 anos e o pagamento realizado no início da execução dos serviços.

19. Por sua vez, a Terracap, por meio do Ofício Nº 1240/2024 - TERRACAP/PRESI/DITEC/ADTEC (150646554) informou que:

1. Em atenção ao Ofício Nº 100/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (150560649), onde essa Companhia solicita esclarecimentos sobre os itens a seguir relacionados referentes ao Contrato nº 01/2013, temos a informar:

- O Prazo de execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap: **Início em 04/01/2013; Término em 07/01/2020**
- Se o Contrato nº 01/2023 - Terracap previa a subcontratação dos serviços: **A subcontratação era vedada conforme cláusula décima seg referido contrato (150637156), in verbis:**

"CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA SUBCONTRATAÇÃO

Não serão permitidas a subcontratação total ou parcial, a associação do contrato com outrem, bem como sua cessã transferência total ou parcial."

- Se a Terracap tinha conhecimento que parte do objeto do Contrato nº 01/2023-Terracap, plantio de 400.000 mudas, foi subcontratado para Grass Agrícola Ltda-ME: **Em nenhum momento a Terracap foi comunicada sobre subcontratações por parte da contratada.**
- Se a Terracap emitiu algum Atestado de Capacidade Técnica referente a execução dos serviços contemplados no Contrato nº 01/2023 -Ter **Atestado Técnico - Documento SEI 150637212).**

2. Com os esclarecimentos solicitados, restituímos os autos colocando-nos à disposição dessa Companhia para outros esclarecimentos, for.

20. Pois bem. Como primeiro ponto, cumpre esclarecer que a alegação de que houve equívoco na habilitação da recorrida com base na Decisão nº 1313/2024 (139866791) do Tribunal de Contas do Distrito Federal não merece prosperar, uma vez que a área técnica, por meio do Despacho – NOVACAP/PRES/DU/DPI (148341713), informou que a análise da qualificação técnica se deu com base na mencionada decisão e teve como referência os atestados de capacidade técnica apresentados na fase de habilitação, anexados aos autos em 24/04/2024. Vejamos:

"A análise da qualificação técnica cumpriu ao determinado na Decisão nº 1313/2024 (139866791) do Tribunal de Contas do Distrito Federal (129656604):

"(...)

b) retome o andamento do Pregão Eletrônico por SRP n.º 39/2022 à fase de julgamento das condições de habilitação, imediatamente posterior à etapa de lances, para todos os lotes do certame (01 a 10), devendo avaliar os atestados técnicos, relativos às "árvores/arbustos" e às "palmeiras", de forma conjunta, e levando em consideração apenas a documentação entregue pelas licitantes quando da abertura do certame, deixando de considerar eventuais documentos entregues após a escolha promovida com esteio no art. 117 do Regulamento de Licitações e Contratos da jurisdição;

"(...)"

A avaliação referente a qualificação técnica da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME foi realizada tendo como referência os Atestados de Capacidade Técnica apresentados na fase de habilitação, anexados aos autos no dia 20/04/2024, em arquivo denominado "Habilitação Documentos - TOP GRASS (111024364)".

21. De todo modo, sabe-se que a fase de habilitação objetiva a verificação da capacidade do licitante em executar o objeto da contratação, consoante a documentação exigida no instrumento convocatório, a qual, deve limitar-se à prevista na Lei 13.303/2016, excepcionadas as exigências de qualificação técnica previstas em lei especial.

22. Registre-se que o TCU constantemente reafirma que a comprovação da capacidade técnica deve ser norteada pelo art. 37, XXI da CF, que somente admite exigências de qualificação técnica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

23. A respeito das exigências de qualificação técnica, estabelece a Lei nº 13.303/2016:

Art. 58. A habilitação será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros

I - exigência da apresentação de documentos aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contração de obrigações por parte do licitante;

II - qualificação técnica, restrita a parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório;

III - capacidade econômica e financeira; (...) (grifei)

24. Por sua vez, acerca das exigências para a comprovação da capacidade técnica, o Edital (109448985) previu que:

"(...)

a) EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

É a comprovação de experiência da execução de atividades, compatível com as características dos serviços do objeto a ser contratado.

A LICITANTE arrematante deverá comprovar a qualificação técnica por meio de Acervo Técnico de 25% do quantitativo total do(s) lote(s) licitado(s) arrematado(s), comprovando a experiência de execução de atividades. A comprovação da aptidão será feita

por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nos Conselhos Profissionais, salvo se o objeto a ser licitado não for alcançado pela fiscalização dessas Autarquias.

O documento deve ser apresentado em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma, indicando endereço e telefone da emitente que comprove a execução de objeto com características, quantidades e prazos compatíveis com o objetodesta contratação, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação.

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

A LICITANTE disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a NOVACAP possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

A NOVACAP se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

A LICITANTE deverá comprovar que possui inscrição primária ou secundária no registro ou inscrição na entidade profissional competente, bem como de que se encontra com as suas obrigações em dia com este órgão.

"..." (grifei)

O art. 85 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novavap estabelece:

Art. 85. A documentação relativa à qualificação técnica ficará adstrita a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional correspondente, quando cabível;

II- comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme exigência contida no Edital;

(...)

§ 5º A comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados poderá ser solicitada pela NOVACAP, mediante, dentre outros documentos, cópia do respectivo contrato, endereço da contratante e local em que foram prestados os serviços, e demais diligências que o Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitações entenderem necessárias. (grifei)

25. Veja-se que a realização de diligência é realizada sempre que a comissão de licitação se depara com alguma dúvida ou com alguma imprecisão, sendo mecanismo apto a possibilitar a confirmação de dados contidos nas documentações apresentadas pelos participantes do processo licitatório. Logo, existindo dúvida acerca da veracidade do atestado de capacidade técnica, por exemplo, é admissível a exigência da diligência competente.

26. Nesse sentido, o Acórdão 3418/2014-TCU-Plenário:

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993).

27. Marçal Justen Filho destaca ainda que o caráter discricionário da Administração, para decidir por diligenciar, é na realidade muito mais um dever, de esclarecimento, transparência e precisão, assim reforçando que:

não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar ou não a diligência. Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações neles contidas envolverem pontos obscuros – apurados de Ofício pela Comissão ou por provocação de interessados -, a realização de diligências será obrigatória. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 16. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 804.)

28. No caso concreto, como mencionado alhures, a área técnica solicitou a realização de diligência, tendo sido oportunizado à recorrida, por meio da Diligência n.º 66/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (148848045), que apresentasse os seguintes documentos:

Cópia do Contrato nº 012/2013 que originou o Atestado de Capacidade Técnica, ora questionado;

Cópia de Diário de Obras/Serviços, fotos ou qualquer documento que demonstre a execução dos serviços pela empresa Top Grass;

Cópia das Notas Fiscais dos pagamentos dos serviços prestados pela empresa Top Grass, por força do Contrato nº 12/2023;

Quaisquer outros documentos e esclarecimentos que a empresa considere pertinente para comprovar a execução dos serviços referente ao Atestado de Capacidade Técnica, ora questionado.

29. Em resposta à mencionada diligência, a recorrida (150792724) se limitou a trazer aos autos o contrato nº 012/2013 firmado com a empresa GEO LÓGICA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., informando, ainda, que não mais possui quaisquer documentos fiscais em razão do contrato ter sido celebrado em 2013 e que todos os pagamentos foram feitos no início da prestação dos serviços, de modo que não tem obrigação de guardar documentos por prazo superior a 5 anos.

30. Ora, diante da existência de dúvida acerca do atestado de capacidade técnica apresentado pela recorrida, entendemos, salvo melhor juízo, que caberia a ela comprovar, mediante a apresentação de outros documentos, a alegada prestação dos serviços mencionados no contrato nº 012/2013 que deram ensejo a emissão do atestado de capacidade técnica questionado, execução essa que teria ocorrido entre 05/01/2013 a 06/01/2020. Isto, porque declarações de terceiros desacompanhada de documentos probantes não são suficientes para comprovar a execução de determinado serviço.

31. Nesses termos, dispõe o art. 408 do Código de Processo Civil, *in verbis*:

Art. 408. As declarações constantes do documento particular escrito e assinado ou somente assinado presumem-se verdadeiras em relação ao signatário.

Parágrafo único. Quando, todavia, contiver declaração de ciência de determinado fato, o documento particular prova a ciência, mas não o fato em si, incumbindo o ônus de prová-lo ao interessado em sua veracidade.

32. No caso concreto, o contrato apresentado para comprovar a execução dos serviços indicados no atestado de capacidade técnica não veio acompanhado de notas fiscais ou outros elementos que pudessem comprovar a execução dos serviços. A justificativa apresentada pela recorrida para a inexistência de notas fiscais referentes à prestação dos serviços, seja a impossibilidade pelo decurso do tempo, seja a alegação de que os serviços foram pagos no início do contrato, não a socorrem, pois na seara do Direito Administrativo faz-se necessário comprovar por meios hábeis e legais a execução do serviço que se afirma ter executado.

33. Para além, cumpre destacar que não é crível que um contrato que a recorrida alega ter executado ao longo de 07 (sete) anos, ou seja, de 05/01/2013 a 06/01/2020 não se tenha qualquer registro de sua execução e que estes serviços tenham sido pagos, integralmente, no início da sua execução, quando a Subcontratante recebeu o pagamento mensalmente durante a execução do contrato, vide Cláusula Sexta, o que vem a reforçar as dúvidas acerca do atestado técnico apresentado pela recorrida.

34. Ora, cumpre registrar que mesmo diante da oportunidade para a comprovação da execução dos serviços, a Recorrida deixou de fornecer quaisquer evidências concretas de que tenha prestado os serviços indicados no contrato nº 012/2023 (150792724), o que reforça a fragilidade probatória do atestado de capacidade técnica fornecido. Lembramos neste íterim, que no caso em comento há inversão do ônus da prova, e por conseguinte, caberia à Recorrida a apresentação de evidências que refutassem as suspeitas levantadas na peça recursal da Recorrente.

35. Não é demais destacar que a Terracap, empresa pública que contratou a empresa GEO LÓGICA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., conforme Contrato nº 01/2023 (150637156), afirmou, por meio do Ofício Nº 1240/2024 - TERRACAP/PRESI/DITEC/ADTEC (150646554) que o mencionado contrato vedava a subcontratação e que em nenhum momento foi comunicada sobre a alegada subcontratação, atestando, ainda, que os serviços foram realizados pela empresa GEO LÓGICA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., conforme demonstra o Atestado Técnico (150637212).

36. Nesses termos, cumpre registrar que o atestado não é apenas a demonstração de uma situação de fato, mas, necessariamente, a demonstração de uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato. Ambos são necessários, a circunstância fática e a conformidade legal. Se o atestado remete à prestação de serviços cuja execução sequer foi comprovada e em desacordo com o Contrato nº 01/2023 (150637156), o qual expressamente vedava a subcontratação, e, portanto, em desacordo com a lei, não pode ser considerado válido para fins de comprovação perante a Administração Pública.

37. Assim, em face da ausência de evidências comprobatórias da efetiva prestação dos serviços relativo ao contrato firmado com a empresa GEO LÓGICA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., entendemos que não há elementos suficientes para validar os documentos apresentados pela recorrida para a comprovação da qualificação técnica, cabendo a sua inabilitação no certame.

38. Cabe ainda esclarecer que o recurso interposto pela empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185) é referente apenas ao lote 5. Todavia, considerando a informação de que a Recorrida também arrematou os lotes 4, 8 e 10 do certame em comento, deve a Administração, resguardada pelo Princípio da Autotutela, verificar se a recorrida se valeu do mesmo atestado de capacidade técnica para todos esses lotes e, caso isso tenha ocorrido, a inabilitação deverá se estender a esses.

39. Por fim, é de se ressaltar que a apresentação de atestado de capacidade técnica sem qualquer comprovação da prestação dos serviços ao qual se refere pode configurar fraude à licitação, razão pela qual entendemos ser o caso de abertura de procedimento administrativo em autos apartados, a fim de apurar possível fraude na apresentação do atestado de capacidade técnica pela recorrida.

III - Conclusão

40. Ante o exposto, com base nos princípios que regem o procedimento licitatório, em análise quanto aos aspectos jurídicos, com os alertas contidos nos itens 37 a 39 deste parecer, conclui-se que não há nos autos elementos suficientes para validar os documentos apresentados pela recorrida para a comprovação da qualificação técnica, sugerindo que seja **DADO PROVIMENTO** ao recurso, no sentido de inabilitar a empresa **Top Grass Agrícola Ltda-ME** pelo fato dessa não ter comprovado, diante da dúvida suscitada nos autos, que prestou os serviços descritos no atestado de capacidade técnica por ela apresentado.

É o parecer.

À consideração superior.

EDUARDO AURELIANO E SILVA

Assessor da Diretoria Jurídica - NOVACAP

OAB/DF 25.429

Senhora Diretora Jurídica,

1. Acolho os termos do presente Parecer nº 604/2024-NOVACAP/PRES/DJ/DECONS, pelos seus próprios fundamentos.
2. Após a manifestação de Vossa Senhoria, sugiro que sejam os autos encaminhados ao DECOMP/DILIC para conhecimento.

ANTÔNIO MARQUES DOS REIS FILHO

Chefe-Adjunto do Departamento Jurídico Consultivo da Diretoria Jurídica

DECONS/DJ/NOVACAP

OAB/DF nº 35.184



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO AURELIANO E SILVA - Matr.0973592-5, Assessor(a)**., em 15/10/2024, às 10:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO MARQUES DOS REIS FILHO - Matr.0973336-1, Chefe do Departamento Jurídico Consultivo**, em 15/10/2024, às 11:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **152590730** código CRC= **70AED625**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF



Governo do Distrito Federal
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
Departamento de Compras
Divisão de Licitações e Contratos

Relatório Nº 154/2024 – NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília, 17 de outubro de 2024.

Assunto: Recurso Administrativo referente ao Lote 05 (147200185)

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2022 - DECOMP/DA - Registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s) na Prestação de Serviços de Execução de Paisagismo incluindo o fornecimento, plantio e conservação de gramados, árvores, palmeiras e arbustos em todo o Distrito Federal.

1. DAS PRELIMINARES

1.1. Trata-se do Recurso Administrativo interposto pela empresa VIVEIRO CAMPO LINDO (147200185), para que a documentação da empresa TOP GRASS sejam reanalisada de forma minuciosa e diligente por parte desses respeitados servidores aqui mencionados

2. DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO

2.1. A VIVEIRO CAMPO LINDO protocolou o recurso administrativo em 30/07/2024.

2.2. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento do presente recurso, uma vez que atende a todas as disposições da legislação vigente e do Instrumento Convocatório.

2.3. Dessa forma, a razão recursal é TEMPESTIVA.

2.4. Contra o referido recurso, não foi apresentada contrarrazão.

3. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

3.1. A Recorrente VIVEIRO CAMPO LINDO (147200185), em suas razões de recurso, alegou, em suma:

- a) Que o presente recurso seja recebido e analisado pelo Exma. Sra. Pregoeira e sua equipe de apoio, bem como seja encaminhado para decisão da autoridade competente;
- b) Que a empresa TOP GRASS AGRÍCOLA seja inabilitada para o Lote 05 por não atingir o quantitativo necessário para a qualificação técnica desse item e inserir documentos divorciados da realidade dos fatos.
- c) Que o responsável pela análise da documentação, bem como Pregoeira e equipe de apoio, revejam seus atos que considerou itens no atestado de capacidade técnica que não são contemplados no instrumento convocatório e nem na decisão do TCDF, quais sejam: de plantio de palmeira, árvore e arbusto.
- d) Que o responsável pela análise da documentação, bem como Pregoeira e equipe de apoio, realizem diligência quanto a veracidade das informações do atestado emitido pela empresa CGSC.

4. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRIDA

4.1. A Recorrida TOP GRASS, em Contrarrazões (147638409), refutou todas as alegações das recorrentes e ao final requereu o indeferimento do Recurso, para manter a declaração de vitória da recorrida para o Lote 5 na licitação.

4.2. É o breve relatório

5. DA ANÁLISE DO RECURSO

5.1. Por se tratar de aspectos eminentemente técnicos, a área técnica foi instada a se manifestar, e respondeu a demanda através do Despacho NOVACAP/PRES/DU/DPI (148341713) abaixo transcrito:

Assunto: Recursos administrativos e contrarrazões das licitantes do Procedimento Licitatório Eletrônico nº 030/2022 - DECOMP/DA, Lote 05

1. Em atendimento ao Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (147639187) o Departamento de Parques e Jardins realizou a análise do Recurso Administrativo apresentado pela empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda e as contrarrazões apresentada pela empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME e informamos:

2. Recurso Administrativo: Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185):

2.1. A empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda apresentou Recurso Administrativo referente a habilitação da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, como arrematante do Lote 05 do Pregão Eletrônico nº 039/2022 - DECOMP/DA (103350518), no qual esclarecemos:

2.2. A análise da qualificação técnica cumpriu ao determinado na Decisão nº 1313/2024 (139866791) do Tribunal de Contas do Distrito Federal (129656604):

"(...)

b) retome o andamento do Pregão Eletrônico por SRP n.º 39/2022 à fase de julgamento das condições de habilitação, imediatamente posterior à etapa de lances, para todos os lotes do certame (01 a 10), devendo avaliar os atestados técnicos, relativos às "árvores/arbustos" e às "palmeiras", de forma conjunta, e levando em consideração apenas a documentação entregue pelas licitantes quando da abertura do certame, deixando de considerar eventuais documentos entregues após a escoima promovida com esteio no art. 117 do Regulamento de Licitações e Contratos da jurisdição;

(...)"

2.3. A avaliação referente a qualificação técnica da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME foi realizada tendo como referência os Atestados de Capacidade Técnica apresentados na fase de habilitação, anexados aos autos no dia 20/04/2024, em arquivo denominado "Habilitação Documentos - TOP GRASS (111024364)".

2.4. A empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda suscitou dúvidas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa CGSG Participações Empresariais Eirelli, CNPJ 32.878.783/0001-05 à empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME que possibilitou a habilitação da empresa como arrematante não apenas do lote 05, mas também, dos lotes 4, 8 e 10, para o item plantio de árvores/arbustos e palmeiras, na qual em seu Recurso Administrativo, assim pontua:

(...) Em consulta a base de dados da Receita Federal do Brasil, a empresa CGSC foi fundada, teve sua abertura em 25.02.2019.

Firefox https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.878.783/0001-05 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 25/02/2019	
NOME EMPRESARIAL CGSG PARTICIPACOES EMPRESARIAIS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CGSG PARTICIPACOES EMPRESARIAIS			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 41.20-4-00 - Construção de edifícios 43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas 43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO Q SAAN QUADRA 1 LOTE		NÚMERO 400	COMPLEMENTO PARTE A
CEP 70.632-109	BARRIO/DISTRITO ZONA INDUSTRIAL	MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO GEOLOGICA@GEOLOGICADF.COM.BR		TELEFONE (61) 3327-1777	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/02/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 29/07/2024 às 18:05:53 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Como é possível a emissão de um atestado de capacidade técnica emitido em 20.01.2020, atestando serviços executados no período de 05.01.2013 a 06.01.2020.

Não é possível."

2.5. Para manter a isonomia entre licitantes, afastar qualquer equívoco na habilitação da licitante, dirimir quaisquer dúvidas a respeito do referido Atestado e considerando o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, Art. 85, entendemos ser necessário a realização de diligências para atestar de forma inequívoca a legitimidade do mesmo.

3. Contrarrazões Empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, referente ao Recurso Administrativo interposto pela empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147638409):

3.1. Em atenção as contrarrazões apresentadas pela empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME a respeito do Recursos Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda, informamos que:

3.2. O Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa CGSG Participações à empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, apresenta as seguintes informações:

3.2.1. A empresa CGSG contratante da empresa Top Grass, Contrato nº 12/2023, atesta a execução do plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma Cerrado, no período de 05/01/2013 a 06/01/2020, na área da Floresta Nacional de Brasília - Flona e Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília-DF, sendo a proprietária do empreendimento a Terracap.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	
<p>ATESTAMOS, para fins de comprovação de realização de atividade técnica, que a empresa TOP GRASS AGRICOLA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.185.890/0001-20, com sede no Núcleo Rural Rio Preto, Fazenda Titumba, Planaltina, Brasília/DF, CEP 70.719-900, por meio do seu responsável técnico o Engenheiro Agrônomo Carlos Henrique Pimenta, CREA nº 8886/D-GO, PRESTOU à CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 32.878.783/0001-05, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:</p>	
Dados da obra ou serviço:	
<p>1. Contrato n.º : 12/2013</p> <p>Objeto do Contrato: Execução e plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília – Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF.</p> <p>1. Empresa contratada: TOP GRASS AGRICOLA LTDA ME CNPJ nº 15.185.890/0001-20.</p> <p>2. Responsável Técnico: Engenheiro Agrônomo Carlos Pimenta, CREA nº 8886/D-GO</p> <p>3. Contratante dos serviços: CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 32.878.783/0001-05, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100.</p> <p>4. Empresa proprietária do empreendimento: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap.</p> <p>5. Valor do contrato: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)</p> <p>6. Período de execução (início e fim): 05/01/2013 a 06/01/2020</p> <p>Endereço da obra ou serviço: Floresta nacional de Brasília – Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF.</p>	

Descrição das atividades desenvolvidas:

PLANTIO			
Item	Descrição	Área (hectares)	Nº de mudas
1.1	Mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília – Flona.	unid.	150.000
1.2	Mudas de árvores do bioma cerrado na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF	unid.	250.000

Atestamos que os serviços acima discriminados foram executados a contento e dentro dos prazos e normas contratuais.

Brasília-DF, 20 de janeiro de 2020

CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI
Cristiano Goulart Simas Gomes
Responsável Legal

3.3. Nas contrarrazões apresentadas pela empresa Top Grass, referente as dúvidas suscitada pela empresa Viveiro Campo Lindo referente o Atestado de Capacidade Técnica da empresa Top Grass na realização dos serviços de plantio de árvores do bioma do Cerrado antes de 2019, uma vez que sua empresa foi fundada em 2019, a empresa afirma que:

(...) houve um mero erro material no nome da empresa emissora do atestado, vez que a CGSG1 e a GEO LÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.2 empresa que contratou a Top Grass para execução dos serviços são do mesmo grupo econômico e administradas pelo mesmo sócio administrador, qual seja, o Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes (...)

3.4. Tal afirmação está acompanhada de uma declaração do Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes que declara ser proprietário das empresas CGSG Participações Empresariais Eireli e da empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda.

3.5. A empresa Top Grass, também apresenta em sua contrarrazão um novo Atestado de Capacidade Técnica, com os mesmos dados do anterior, porém emitido pela empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda, com data de emissão no 20/01/2020, mas assinado em 01/08/2024:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para fins de comprovação de realização de atividade técnica, que a empresa **TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.185.890/0001-20, com sede no Núcleo Rural Rio Preto, Fazenda Titumba, Planaltina, Brasília/DF, CEP 70.719-900, por meio do seu responsável técnico o **Engenheiro Agrônomo Carlos Henrique Pimenta, CREA nº 8886/D-GO**, PRESTOU à **GEO LÓGICA – CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, sediada no SAAN, Quadra 1, Lote 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

Dados da obra ou serviço:

1. Contrato n.º: 12/2013

Objeto do Contrato: Execução e plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília — Fiona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília — DF.

1. Empresa contratada: TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA ME
CNPJ nº 15.185.890/0001-20.

2. Responsável Técnico: Engenheiro Agrônomo Carlos Pimenta, CREA nº 8886/D- GO

3. Contratante dos serviços: **GEO LÓGICA – CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100.

4. Empresa proprietária do empreendimento: Companhia imobiliária de Brasília — Terracap.

5. Valor do contrato: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

6. Período de execução (início e fim): 05/01/2013 a 06/01/2020

Endereço da obra ou serviço: Floresta nacional de Brasília — Fiona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília — DF.

Descrição das atividades desenvolvidas:

PLANTIO

Item	Descrição	Áreas (hectares)	Nº de mudas
1.1	Mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasil " Fiona.	unid.	150.000
1.2	Mudas de árvores do bioma cerrado na Rede Ferroviária Federal S/A, RFFSA, Brasília — DF	unid.	250.000

Atestamos que os serviços acima discriminados foram executados a contento e dentro dos prazos e normas contratuais.

Brasília/DF, 20 de janeiro de 2020

gov.br

Documento assinado digitalmente

CRISTIANO GOULART SIMAS GOMES

Data: 01/08/2024 16:14:15-0300

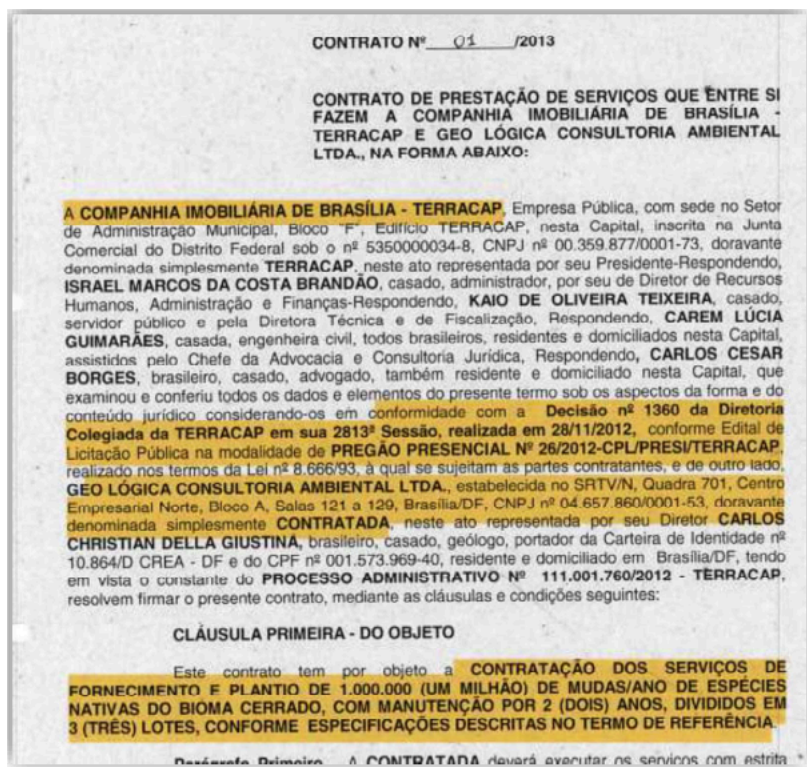
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

3.6. Concernente a troca do emissor do Atestado a empresa Top Grass afirma que:

"Por erro interno da emissora, o atestado foi emitido em nome da empresa errada. E a Recorrida, por mera desatenção, também não se atentou ao fato, já que recebeu o documento dos mesmos responsáveis pela empresa que foi efetivamente contratada pela Terracap e que a subcontratou para prestar os serviços, a Geo Lógica.

Assim, o atestado que comprova os serviços executados pela Recorrida na Floresta Nacional de Brasília Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A de Brasília/DF deveria ter sido expedido pela empresa GEO LÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, visto que ela foi a contratada pela TERRACAP no Contrato n. 01/20134 . Conforme se vê abaixo:

https://sei.df.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=171937002&infra_sist... 4/20



3.7. Considerando as dúvidas suscitadas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica em questão;

3.8. Considerando a apresentação, pela empresa Top Grass, de um novo Atestado de Capacidade Técnica com os mesmos dados do Atestado já constante nos autos, porém com emissores diferentes, entendemos ser necessário a realização de diligências para atestar de forma inequívoca a legitimidade do Atestado de Capacidade Técnica.

3.9. Assim, solicitamos à DILIC/DECOMP/DA/PRES que realize as seguintes diligências:

3.9.1. A empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, solicitar:

- Cópia do Contrato nº 012/2013 que originou o Atestado de Capacidade Técnica, ora questionado;
- Cópia de Diário de Obras/Serviços, fotos ou qualquer documento que demonstre a execução dos serviços pela empresa Top Grass;
- Cópia das Notas Fiscais dos pagamentos dos serviços prestados pela empresa Top Grass, por força do Contrato nº 12/2023;
- Quaisquer outros documentos e esclarecimentos que a empresa considere pertinente para comprovar a execução dos serviços referente ao Atestado de Capacidade Técnica, ora questionado.

3.9.2. A Terracap, solicitar:

- Informações sobre a execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap celebrado com a empresa Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda, cujo objeto é a contratação dos serviços de fornecimento de 1.000.000 (um milhão) de mudas/ano de espécies nativas do bioma Cerrado, com manutenção por 2 (dois) anos, divididos em 3 (três) lotes, conforme especificações descritas no Termo de Referência;
- Prazo de execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap;
- Informações se o Contrato nº 01/2023 - Terracap previa a subcontratação dos serviços;
- Se a Terracap tinha conhecimento que parte do objeto do Contrato nº 01/2023-Terracap, plantio de 400.000 mudas, foi subcontratado para a empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME.
- Se a Terracap emitiu algum Atestado de Capacidade Técnica referente a execução dos serviços contemplados no Contrato nº 01/2023-Terracap.

3.10. Informamos que a conclusão, a respeito do Recurso Administrativo da empresa **Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda** e das Contrarrazões da empresa **Top Grass Agrícola Ltda-ME**, só será permitida após as diligências solicitadas.

5.2. Posto isso, foi realizada diligência com a empresa TOP GRASS AGRICOLA LTDA ME por meio da Diligência n.º 66/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC que respondeu através do documento (150792724) e com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP por meio do processo 00112-00019157/2024-54.

5.3. Ato contínuo, os autos foram encaminhados à área demandante através do Despacho NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (150789527) para decisão do Recurso Administrativo.

5.4. Por meio do Despacho NOVACAP/PRES/DU/DPI (151237137) a área técnica se manifestou:

Assunto: Parecer Jurídico - Recursos administrativos e contrarrazões das licitantes do Procedimento Licitatório Eletrônico nº 030/2022 - DECOMP/DA, Lote 05

1. O presente trata-se do Recurso Administrativo e das Contrarrazões apresentados pelas empresas Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda e Top Grass Agrícola Ltda-ME, respectivamente, referente a habilitação da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, como arrematante do Lote 05 do Pregão Eletrônico nº 039/2022 - DECOMP/DA (103350518), no qual faremos um breve resumo da análise, realizada pela área técnica do DPI, da capacidade técnica da Empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME:

2. Inicialmente a empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME foi arrematante dos Lote 04, 08 e 10, sendo que após análise dos atestados de capacidade técnica foi considerada apta para arrematar os três lotes pretendidos (140479706), posteriormente a citada empresa solicitou benefício de ME/EPP para ser declarada arrematante do lote 05.
3. Atendida o direito de preferência e após análise da documentação apresentada pela empresa Top Grass ela foi declarada habilitada para arrematar, também, o lote 05.
4. Posteriormente, a empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda apresentou Recurso Administrativo referente a habilitação da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, como arrematante do Lote 05 do Pregão Eletrônico nº 039/2022 - DECOMP/DA (103350518), suscitando dúvidas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa CGSG Participações Empresariais Eirelli, CNPJ 32.878.783/0001-05 à empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME. Especificamente, este atestado possibilitou a habilitação da empresa como arrematante não apenas do lote 05, mas também, dos lotes 4, 8 e 10, pois comprava a execução nos quantitativo previsto no Projeto Básico de plantio de árvores/arbustos e palmeiras.
5. Desta forma, a Divisão de Licitações e Contratos (Dilic), solicitou por meio do Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (147639187) que Departamento de Parques e Jardins apresentasse manifestação referente ao Recurso Administrativo apresentados pela empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda e as Contrarrazões da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME.
6. Após análise da documentação demonstrada no Recurso Administrativo e nas Contrarrazões das já citadas empresas o Departamento de Parques e Jardins optou pela realização de diligências para dirimir as dúvidas referente ao Atestado de Capacidade Técnica da empresa Top Grass, visto os dados aparentemente contraditórios dos documentos apresentados, uma vez que a empresa CGSG Participações Empresariais Eirelli, conforme informações da Receita Federal do Brasil, só foi registrada em fevereiro de 2019 e o período de execução dos serviços, ao qual o atestado se referia, ocorreu no período de 05/01/2013 06/01/2020, sendo que anterior a abertura da empresa, salvo melhor juízo, entendemos não ser possível o fornecimento de atestado capacidade técnica em seu nome.
7. Outro fator que levou a área técnica a solicitar diligências para o tomada de decisão referente ao Recurso Administrativo e as contrarrazões apresentadas foi, também, o fato de que após a indicação da existência de inconsistências nos dados constantes no Atestado de Capacidade Técnica a empresa Top Grass apresentou um novo atestado, substituindo o citado documento por outro, de igual teor, porém emitido pela empresa Géo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda, sob a seguinte alegação de:
- "(...) **houve um mero erro material no nome da empresa emissora do atestado**, vez que a CGSG1 e a GEO LÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.2 empresa que contratou a Top Grass para execução dos serviços são do mesmo grupo econômico e administradas pelo mesmo sócio administrador, qual seja, o Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes (...)" *grifo nosso*
8. Segue abaixo transcrição da análise preliminar do Recurso Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo e das Contrarrazões da empresa Top Grass, constante do Despacho – NOVACAP/PRES/DU/DPJ (148341713):

"Recurso Administrativo: Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185):

A empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda apresentou Recurso Administrativo referente a habilitação da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, como arrematante do Lote 05 do Pregão Eletrônico nº 039/2022 - DECOMP/DA (103350518), no qual esclarecemos:

A análise da qualificação técnica cumpriu ao determinado na Decisão nº 1313/2024 (139866791) do Tribunal de Contas do Distrito Federal (129656604):

"(...)"

b) retome o andamento do Pregão Eletrônico por SRP n.º 39/2022 à fase de julgamento das condições de habilitação, imediatamente posterior à etapa de lances, para todos os lotes do certame (01 a 10), devendo avaliar os atestados técnicos, relativos às "árvores/arbustos" e às "palmeiras", de forma conjunta, e levando em consideração apenas a documentação entregue pelas licitantes quando da abertura do certame, deixando de considerar eventuais documentos entregues após a escoima promovida com esteio no art. 117 do Regulamento de Licitações e Contratos da jurisdição;

"(...)"

A avaliação referente a qualificação técnica da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME foi realizada tendo como referência os Atestados de Capacidade Técnica apresentados na fase de habilitação, anexados aos autos no dia 20/04/2024, em arquivo denominado "Habilitação Documentos - TOP GRASS (111024364)".

A empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda suscitou dúvidas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa CGSG Participações Empresariais Eirelli, CNPJ 32.878.783/0001-05 à empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME que possibilitou a habilitação da empresa como arrematante não apenas do lote 05, mas também, dos lotes 4, 8 e 10, para o item plantio de árvores/arbustos e palmeiras, na qual em seu Recurso Administrativo, assim pontua:

(...) Em consulta a base de dados da Receita Federal do Brasil, a empresa CGSC foi fundada, teve sua abertura em 25.02.2019.

Firefox https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.878.783/0001-05 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 25/02/2019
NOME EMPRESARIAL CGSG PARTICIPACOES EMPRESARIAIS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CGSG PARTICIPACOES EMPRESARIAIS		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.62-0-00 - Holding de instituições não-financeiras		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 41.20-4-00 - Construção de edifícios 43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas 43.11-9-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO Q SAAN QUADRA 1 LOTE	NÚMERO 400	COMPLEMENTO PARTE A
CEP 70.632-100	BARRIO/DISTRITO ZONA INDUSTRIAL	MUNICÍPIO BRASILIA
ENDEREÇO ELETRÔNICO GEOLOGICA@GEOLOGICADF.COM.BR		UF DF
TELEFONE (61) 3327-1777		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/02/2019
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.
Emitido no dia 29/07/2024 às 18:05:53 (data e hora de Brasília).
Página: 1/1

Como é possível a emissão de um atestado de capacidade técnica emitido em 20.01.2020, atestando serviços executados no período de 05.01.2013 a 06.01.2020.

Não é possível."

Para manter a isonomia entre licitantes, afastar qualquer equívoco na habilitação da licitante, dirimir quaisquer dúvidas a respeito do referido Atestado e considerando o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, Art. 85, entendemos ser necessário a realização de diligências para atestar de forma inequívoca a legitimidade do mesmo.

Contrarrazões Empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, referente ao Recurso Administrativo interposto pela empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147638409):

Em atenção as contrarrazões apresentadas pela empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME a respeito do Recursos Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda, informamos que:

O Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa CGSG Participações à empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, apresenta as seguintes informações:

A empresa CGSG contratante da empresa Top Grass, Contrato nº 12/2023, atesta a execução do plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma Cerrado, no período de 05/01/2013 a 06/01/2020, na área da Floresta Nacional de Brasília - Flona e Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília-DF, sendo a proprietária do empreendimento a Terracap.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	
<p>ATESTAMOS, para fins de comprovação de realização de atividade técnica, que a empresa TOP GRASS AGRICOLA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.185.890/0001-20, com sede no Nucleo Rural Rio Preto, Fazenda Titumba, Planaltina, Brasília/DF, CEP 70.719-900, por meio do seu responsável técnico o Engenheiro Agrônomo Carlos Henrique Pimenta, CREA nº 8886/D-GO, PRESTOU à CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 32.878.783/0001-05, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:</p>	
Dados da obra ou serviço:	
1. Contrato n.º : 12/2013	
<p>Objeto do Contrato: Execução e plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília – Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF.</p>	
1. Empresa contratada: TOP GRASS AGRICOLA LTDA ME CNPJ nº 15.185.890/0001-20.	
2. Responsável Técnico: Engenheiro Agrônomo Carlos Pimenta, CREA nº 8886/D-GO	
3. Contratante dos serviços: CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 32.878.783/0001-05, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100.	
4. Empresa proprietária do empreendimento: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap.	
5. Valor do contrato: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)	
6. Período de execução (início e fim): 05/01/2013 a 06/01/2020	
Endereço da obra ou serviço: Floresta nacional de Brasília – Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF.	

Descrição das atividades desenvolvidas:

PLANTIO			
Item	Descrição	Área (hectares)	Nº de mudas
1.1	Mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília – Flona.	unid.	150.000
1.2	Mudas de árvores do bioma cerrado na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF	unid	250.000

Atestamos que os serviços acima discriminados foram executados a contento e dentro dos prazos e normas contratuais.

Brasília-DF, 20 de janeiro de 2020

CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI
Cristiano Goulart Simas Gomes
Responsável Legal

Nas contrarrazões apresentadas pela empresa Top Grass, referente as dúvidas suscitada pela empresa Viveiro Campo Lindo referente o Atestado de Capacidade Técnica da empresa Top Grass na realização dos serviços de plantio de árvores do bioma do Cerrado entes de 2019, uma vez que sua a empresa foi fundada em 2019, a empresa afirma que:

(...) houve um mero erro material no nome da empresa emissora do atestado, vez que a CGSG1 e a GEO LÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.2 empresa que contratou a Top Grass para execução dos serviços são do mesmo grupo econômico e administradas pelo mesmo sócio administrador, qual seja, o Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes (...)

Tal afirmação está acompanhada de uma declaração do Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes que declara ser proprietário das empresas CGSG Participações Empresariais Eireli e da empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda.

A empresa Top Grass, também apresenta em sua contrarrazão um novo Atestado de Capacidade Técnica, com os mesmos dados do anterior, porém emitido pela empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda, com data de emissão no 20/01/2020, mas assinado em 01/08/2024:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para fins de comprovação de realização de atividade técnica, que a empresa **TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.185.890/0001-20, com sede no Núcleo Rural Rio Preto, Fazenda Titumba, Planaltina, Brasília/DF, CEP 70.719-900, por meio do seu responsável técnico o **Engenheiro Agrônomo Carlos Henrique Pimenta, CREA nº 8886/D-GO, PRESTOU à GEO LÓGIA – CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, sediada no SAAN, Quadra 1, Lote 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

Dados da obra ou serviço:

1. Contrato n.º: 12/2013

Objeto do Contrato: Execução e plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília — Fiona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília — DF.

1. Empresa contratada: TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA ME
CNPJ nº 15.185.890/0001-20.

2. Responsável Técnico: Engenheiro Agrônomo Carlos Pimenta, CREA nº 8886/D- GO

3. Contratante dos serviços: **GEO LÓGIA – CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100.

4. Empresa proprietária do empreendimento: Companhia imobiliária de Brasília — Terracap.

5. Valor do contrato: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

6. Período de execução (início e fim): 05/01/2013 a 06/01/2020

Endereço da obra ou serviço: Floresta nacional de Brasília — Fiona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília — DF.

Descrição das atividades desenvolvidas:

PLANTIO

Item	Descrição	Áreas (hectares)	Nº de mudas
1.1	Mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasil " Fiona.	unid.	150.000
1.2	Mudas de árvores do bioma cerrado na Rede Ferroviária Federal S/A, RFFSA, Brasília — DF	unid.	250.000

Atestamos que os serviços acima discriminados foram executados a contento e dentro dos prazos e normas contratuais.

Brasília/DF, 20 de janeiro de 2020

gov.br

Documento assinado digitalmente

CRISTIANO GOULART SIMAS GOMES

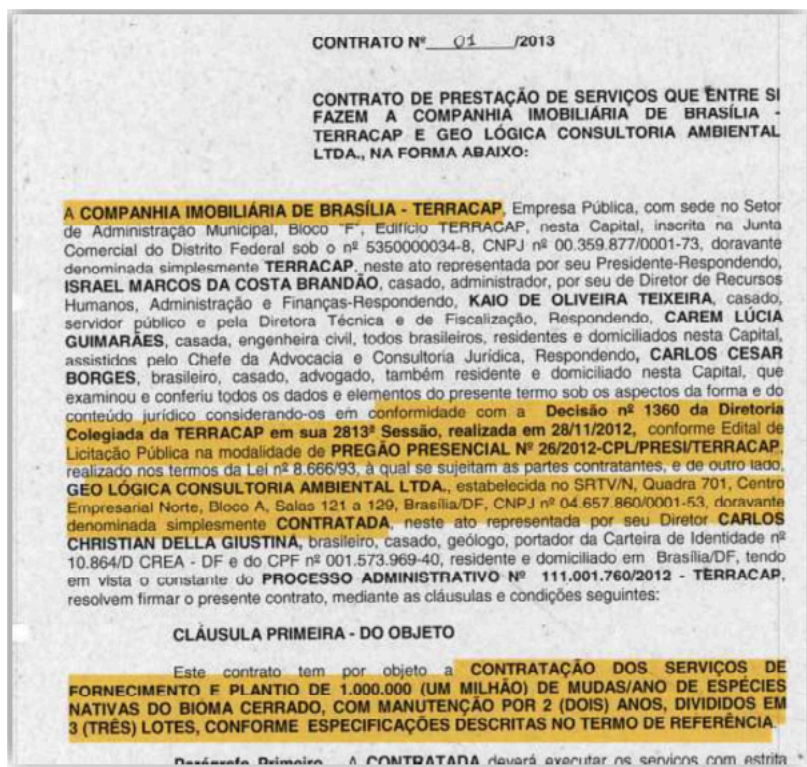
Data: 01/08/2024 16:14:15-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Concernente a troca do emissor do Atestado a empresa Top Grass afirma que:

"Por erro interno da emissora, o atestado foi emitido em nome da empresa errada. E a Recorrida, por mera desatenção, também não se atentou ao fato, já que recebeu o documento dos mesmos responsáveis pela empresa que foi efetivamente contratada pela Terracap e que a subcontratou para prestar os serviços, a Geo Lógica.

Assim, o atestado que comprova os serviços executados pela Recorrida na Floresta Nacional de Brasília Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A de Brasília/DF deveria ter sido expedido pela empresa GEO LÓGIA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, visto que ela foi a contratada pela TERRACAP no Contrato n. 01/20134 . Conforme se vê abaixo:



Considerando as dúvidas suscitadas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica em questão;

Considerando a apresentação, pela empresa Top Grass, de um novo Atestado de Capacidade Técnica com os mesmos dados do Atestado já constante nos autos, porém com emissores diferentes, entendemos ser necessário a realização de diligências para atestar de forma inequívoca a legitimidade do Atestado de Capacidade Técnica.

Assim, solicitamos à DILIC/DECOMP/DA/PRES que realize as seguintes diligências:

A empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, solicitar:

- Cópia do Contrato nº 012/2013 que originou o Atestado de Capacidade Técnica, ora questionado;
- Cópia de Diário de Obras/Serviços, fotos ou qualquer documento que demonstre a execução dos serviços pela empresa Top Grass;
- Cópia das Notas Fiscais dos pagamentos dos serviços prestados pela empresa Top Grass, por força do Contrato nº 12/2023;
- Quaisquer outros documentos e esclarecimentos que a empresa considere pertinente para comprovar a execução dos serviços referente ao Atestado de Capacidade Técnica, ora questionado.

A Terracap, solicitar:

- Informações sobre a execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap celebrado com a empresa Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda, cujo objeto é a contratação dos serviços de fornecimento de 1.000.000 (um milhão) de mudas/ano de espécies nativas do bioma Cerrado, com manutenção por 2 (dois) anos, divididos em 3 (três) lotes, conforme especificações descritas no Termo de Referência;
- Prazo de execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap;
- Informações se o Contrato nº 01/2023 - Terracap previa a subcontratação dos serviços;
- Se a Terracap tinha conhecimento que parte do objeto do Contrato nº 01/2023-Terracap, plantio de 400.000 mudas, foi subcontratado para a empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME.
- Se a Terracap emitiu algum Atestado de Capacidade Técnica referente a execução dos serviços contemplados no Contrato nº 01/2023-Terracap.

Informamos que a conclusão, a respeito do Recurso Administrativo da empresa **Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda** e das Contrarrrazões da empresa **Top Grass Agrícola Ltda-ME**, só será permitida após as diligências solicitadas."

9. Assim, após a solicitação do Departamento de Parques e Jardins, a Divisão de Licitações e Contratos (DILIC/DECOMP) realizou a Diligência n.º 66/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (148848045), direcionada à empresa Top Grass Agrícola Ltda ME e solicitou informações, junto à Terracap, referente ao Contrato nº 01/2013-Terracap, uma vez que conforme os dados do citado atestado os serviços foram realizado por força deste contrato formalizado com àquele Empresa Pública.

10. Referente a diligência da Novacap, junto a empresa Top Grass, a licitante apresentou as seguintes alegações (150792724):

"De início, é mister frisar que o Tribunal de Contas da União já pacificou o entendimento de que é ilegal a exigência de que os atestados de capacidade técnica estejam acompanhados de notas fiscais e/ou dos contratos de prestação de serviços que o originaram para fins de demonstração da qualificação técnica das empresas licitantes. Nesse sentido, confira-se: É ilegal a exigência de que atestados de capacidade técnica estejam acompanhados de cópias de notas fiscais ou contratos que os lastreiem, uma vez que a relação de documentos de habilitação constante dos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993 é taxativa. (Acórdão 2435/2021-Plenário | Relator: RAIMUNDO CARREIRO | Boletim de Jurisprudência nº 376 de 25/10/2021) – Grifos e destaques nossos.

É indevida a exigência de que atestados de qualificação técnica sejam acompanhados de cópias das respectivas notas fiscais, visto não estarem estes últimos documentos entre os relacionados no rol exaustivo do art. 30 da Lei 8.666/1993. (Acórdão 15239/2021-Segunda Câmara | Relator: Raimundo Carreiro | Boletim de Jurisprudência nº 374 de 13/10/2021) – Grifos e destaques nossos.

A vedação à exigência de referidos documentos sofre alguma mitigação no rol que o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap apresenta ao disciplinar a qualificação técnica dos licitantes. Segue-se a vedação à exigência de notas fiscais (porque esses documentos não constam da relação do que se pode demandar), mas se permite que a comprovação da idoneidade dos atestados se faça pelo envio de

contratos de prestação de serviços. Confira-se o que está no art. 85, caput, inc. II e §§ 3º e 5º, todos do Regulamento de Licitações da NOVACAP:

Art. 85. A documentação relativa à qualificação técnica ficará adstrita a: (...) II- comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme exigência contida no Edital; (...)

§ 1º A comprovação da aptidão referida no inciso II do caput será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nos Conselhos Profissionais, salvo se o objeto a ser licitado não for alcançado pela fiscalização dessas Autarquias. (...)

§ 3º Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado. (...)

§ 5º A comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados poderá ser solicitada pela NOVACAP, mediante, dentre outros documentos, cópia do respectivo contrato, endereço da contratante e local em que foram prestados os serviços, e demais diligências que o Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitações entenderem necessárias. Grifos e destaques nossos."

11. Baseado nos argumentos citados acima a empresa Top Grass de todos os documentos solicitados pela Novacap apenas apresentou o contrato firmado com a empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda para a execução dos serviços discriminados no atestado e em relação ao não encaminhamento dos demais documentos a empresa apresentou as seguintes justificativas:

"Com o devido acatamento, percebe-se, assim, que a demanda por envio de Notas Fiscais e documentos assemelhados está em dissonância em relação ao art. 85 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap e à jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

Mesmo que quisesse atender à solicitação da Administração, é importante destacar que a Top Grass não possui mais os documentos fiscais referentes aos serviços prestados, vez que o contrato foi celebrado em 2013 e todos os pagamentos foram feitos no início da prestação dos serviços, conforme definido pelas partes.

A esse respeito, cumpre destacar que, nos termos dos arts. 150, § 4º; 173 e 174; e 195, todos do Código Tributário Nacional, os documentos fiscais somente precisam ser mantidos pelo prazo de 5 (cinco) anos, não sendo obrigação da empresa guardá-los por período indeterminado. Veja-se:

Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa. (...) § 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação. – Grifos e destaques nossos

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: – Grifos e destaques nossos

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. – Grifos e destaques nossos

Art. 195. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: – Grifos e destaques nossos

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. – Grifos e destaques nossos

Art. 195. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram. – Grifos e destaques nossos.

Inclusive, o entendimento acima foi recentemente confirmado pelo E. Tribunal de Justiça do Distrito Federal, no sentido de que "os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram" (grifo nosso). Confira-se:

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. NOTAS FISCAIS EMITIDAS EM 2016. OBRIGAÇÃO DE GUARDA DOS DOCUMENTOS FISCAIS. PRAZO ESVAÍDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. O Código Tributário Nacional - CTN, em seu art. 195, parágrafo único, dispõe que os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram. O art. 174 prevê que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

2. O sujeito passivo da obrigação tributária, portanto, tem o dever de guardar os livros e documentos fiscais até que ocorra a prescrição: cinco anos contados da constituição definitiva do crédito tributário.

3. Todavia, deve-se considerar que, se verificada a decadência (art. 173 do CTN), o Fisco não mais poderá mais lançar qualquer diferença contra o sujeito passivo, o que torna desnecessária a guarda dos livros e documentos fiscais.

4. Na hipótese, como não há informações sobre procedimento administrativo instaurado em face da ré/apelada nem maiores detalhes sobre os tributos envolvidos, deve-se considerar que sua a obrigação de guardar as notas fiscais cuja exibição se pretende se extinguiu em 2022 (cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte à emissão dos documentos, que ocorreu em 2016).

5. As alegações do apelante no sentido de que o prazo de cinco anos para guarda das notas fiscais deve ser contado da ciência do destinatário sobre a existência dos documentos (Teoria da actio nata) são desprovidas de razoabilidade, pois acabam por exigir do emitente o armazenamento das notas por período indeterminado. 6. Recurso desprovido. Honorários majorados. (TJ-DF 07033453420238070008 1883254, Relator: LEONARDO ROSCOE BESSA, Data de Julgamento: 19/06/2024,

6ª Turma Cível, Data de Publicação: 05/07/2024) –

Grifos e destaques nossos.

Assim, percebe-se que já houve o escoamento do prazo legal pelo qual a Top Grass deveria guardar os documentos fiscais referentes à prestação dos serviços para a Geo Lógica, e, por esse motivo, eles já foram descartados há muitos anos.

Nesse diapasão, é necessário se considerar que a relação entre Top Grass e a Geo Lógica é regida pelo Código Civil, aplicando-se, em relação ao negócio jurídico celebrado entre as partes, o prazo prescricional decenal. Isso é importante na medida em que, considerando o termo inicial da prestação dos serviços e o pagamento acordado, não haveria necessidade de a Top Grass manter em seus arquivos quaisquer documentos, pois qualquer pretensão de parte a parte na relação privada já estaria prescrita. E, também por isso, não haveria motivos para que quaisquer documentos referentes a essa contratação fossem guardados.

De todo modo, a Top Grass, imbuída de boa-fé, ea fim de afastar quaisquer dúvidas a respeito da legitimidade do atestado apresentado e da veracidade das informações dele constantes, traz anexo a esta resposta o Contrato de Prestação de Serviços, celebrado em 2013, com a empresa Geo Lógica – Consultoria Ambiental LTDA., no qual há a descrição de todos os serviços contratados.

De mais a mais, qualquer exigência que se faça além dessas é, no mínimo, desarrazoada, pois, além dos motivos expostos ao longo desta manifestação, é preciso considerar também que não há qualquer motivo para que a Novacap questione a idoneidade do atestado emitido pela Geo Lógica, especialmente porque ele atende todos os requisitos legais, conforme orientação do C. TCU. Veja-se:

Devem os atestados de capacidade técnica ser/estar:

- relacionados ao objeto da licitação;
- exigidos proporcionalmente ao item, etapa ou parcela ou conforme se dispuser a divisão do objeto;
- fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com identificação do emissor;
- emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas; - assinados por quem tenha competência para expedir-los;
- registrados na entidade profissional competente, quando for o caso;

Ainda com relação a exigências de atestados, deve ser observado que:

- seja pertinente e compatível em características, quantidades e prazos exigidos na licitação;
- sempre que possível, seja permitido somatório de quantitativos, de forma a ampliar a competição;
- não seja limitado a tempo (validade), época ou locais específicos;
- possa ser demonstrada a comprovação de aptidão até a data de entrega da proposta, não restrita à de divulgação do edital. (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília, 2010, pag. 409. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496111>)

12. A empresa Top Grass reitera a afirmação que os atestados são legítimos e retratam informações verídicas, gozando da presunção de boa-fé, "importando que aqueles que os impugnem devam produzir provas cabais a esse respeito". **Neste sentido, cabe salientar que a Novacap não questionou a idoneidade do atestado apresentado pela licitante, porém o atestado, inicialmente apresentado pela Top Grass, utilizado para ser declarada vencedora dos Lotes lotes 4, 5, 8 e 10, foi fornecido pela empresa CGSG Participações Empresariais Eireli e foi aprovado pela área técnica do DPI, considerando a presunção de boa fé da licitante.**

13. Porém, a empresa empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda promoveu dúvidas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica da empresa Top Grass, indicando haver inconsistências nas informações apresentadas, visto que a empresa CGSG Participações Empresariais Eireli fornecedora do atestado, só foi aberta em 25/02/2019, ou seja um ano antes do período final da execução dos serviços atestados, 05/01/2013 a 06/01/2020. Fato que se mostrou verdadeiro, visto que a empresa Top Grass, substituiu o Atestado fornecido pela empresa CGSG, indicando que a emissora do mesmo seria a empresa Geo Lógica, com os argumentos explanados no Despacho – NOVACAP/PRES/DU/DPI (148341713), transcrito acima.

14. Desta forma, ainda entendemos que para manter a isonomia entre os participantes do certame, afastar qualquer equívoco na habilitação da licitante, dirimir quaisquer dúvidas a respeito do referido Atestado e considerando o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, Art. 85, que nos possibilita a realização de diligências, cabe a Novacap como Administração Pública averiguar as informações de modo a atestar de forma inequívoca a legitimidade da documentação apresentada, por este motivo, foram solicitadas a apresentação dos documentos listados na Diligência n.º 66/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC e consideramos, salvo melhor juízo, que a demanda para apresentação de documentos complementares ao Atestado não foram desarrazoadas, visto as dúvidas indicadas pela empresa Viveiro Campo Lindo.

15. Referente ao pedido de informações da Novacap, junto à Terracap, a empresa encaminhou Ofício Nº 1240/2024 - TERRACAP/PRESI/DITEC/ADTEC (150646554), com os seguintes esclarecimentos:

"Em atenção ao Ofício Nº 100/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (150560649), onde essa Companhia Urbanizadora solicita esclarecimentos sobre os itens a seguir relacionados referentes ao Contrato nº 01/2013, temos a informar:

O Prazo de execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap: **Início em 04/01/2013; Término em 07/01/2020**

Se o Contrato nº 01/2023 - Terracap previa a subcontratação dos serviços: **A subcontratação era vedada conforme cláusula décima segunda do referido contrato (150637156), in verbis:**

"CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA SUBCONTRATAÇÃO

Não serão permitidas a subcontratação total ou parcial, a associação do contrato com outrem, bem como sua cessão ou transferência total ou parcial."

Se a Terracap tinha conhecimento que parte do objeto do Contrato nº 01/2023-Terracap, plantio de 400.000 mudas, foi subcontratado para à empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME: **Em nenhum momento a Terracap foi comunicada sobre subcontratações por parte da contratada.**

Se a Terracap emitiu algum Atestado de Capacidade Técnica referente a execução dos serviços contemplados no Contrato nº 01/2023 - Terracap: **Atestado Técnico - Documento SEI 150637212)."**

16. Portanto, conforme as informações fornecidas pela Terracap, o Contrato nº 01/2023-Terracap foi formalizado entre a empresa Geo Lógica Consultoria Ambiental e àquele Órgão, para a execução dos serviços de plantio de 1.000.000 (um milhão) de mudas de espécies nativas do cerrado, estando expresso no contrato não ser permitida a subcontratação dos serviços total ou parcial, bem como a sua cessão ou transferência total ou parcial, conforme Cláusula Décima Segunda - Da Subcontratação (150637156). A Terracap informa, ainda que em nenhum momento foi comunicada que os serviços foram subcontratos.

17. No questionamento realizado pela Novacap referente a existência de Atestado de Capacidade Técnica para os serviços prestados pelo Contrato nº 01/2013-Terracap foi anexado aos autos cópia do atestado fornecido à empresa Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda referente a execução da totalidade dos serviços (150637212), inclusive com a indicação dos Responsáveis Técnicos da Contratada e de dos Fiscais da Contratante durante todo o período de execução do contrato.

18. Diante do exposto, entendemos que a avaliação do Recurso Administrativo da empresa **Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185)**, das Contrarrrazões da empresa **Top Grass Agrícola Ltda-ME (147638409)** e das demais informações trazidas aos autos fogem da avaliação meramente técnica e deverá ser objeto de avaliação jurídica.

19. Cabe, ainda, salientar que caso o Atestado de Capacidade Técnica, objeto do Recurso Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo, seja desconsiderado para a comprovação de qualificação técnica da empresa Top Grass a empresa deixará de comprovar a realização dos serviços nos quantitativos mínimos definidos no item 14.13. Qualificação Técnica do PB para o item plantio de árvores/arbustos e palmeiras, levando a sua inabilitação em todos os lotes inicialmente arrematados, ou seja, lotes 4, 5, 8 e 10.

20. Assim, diante do exposto, solicitamos gestão de Vossa Senhoria, junto à Diretoria Jurídica, para parecer quanto a aceitação do Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda à empresa Top Grass, por presunção de boa fé, e ato contínuo seja negado provimento ao Recurso Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185).

21. À consideração de Vossa Senhoria.

5.5. Após retorno, este Departamento decidiu enviar os autos para à Diretoria Jurídica por meio do Despacho NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (152010069) para se manifestar a respeito do Despacho NOVACAP/PRES/DU (151723767).

5.6. Através do Parecer SEI-GDF n.º 604/2024 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (152590730) a Diretoria se manifestou:

I - Relatório

1. Trata-se o presente processo do Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2024 – DECOMP/DA - PARA REGISTRO DE PREÇOS (109448985), cujo objeto é eventual contra de gramados, árvores, palmeiras e arbustos em todo o Distrito Federal, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no Projeto Básico

2. O Departamento de Compras, por meio do Despacho – NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (152010069), encaminhou os autos a esta Diretoria Jurídica solicitando

1. Trata-se do Recurso Administrativo interposto pela empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185), contrarrazado pela Top Grass
2. Os autos foram encaminhados à área demandante por meio do Despacho NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (147639187) para análise e emissão de diligências, as quais foram concluídas e enviadas novamente para decisão (150789527). Em última análise, o Despacho NOVACAP/PRES/DU (151723767)

Diante do exposto, entendemos que a avaliação do Recurso Administrativo da empresa **Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda** (147200185) fogem da avaliação meramente técnica e deverá ser objeto de avaliação jurídica.

Cabe, ainda, salientar que caso o Atestado de Capacidade Técnica, objeto do Recurso Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo, seja realização dos serviços nos quantitativos mínimos definidos no item 14.13. Qualificação Técnica do PB para o item plantio de árvores/arbustos e palmeiras

Assim, diante do exposto, solicitamos gestão de Vossa Senhoria, junto à Diretoria Jurídica, para parecer quanto a aceitação do Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185).

3. A análise do Recurso Administrativo e da contrarrazão apresentada revela que a matéria discutida exige avaliação jurídica, considerando aspectos de partes, especialmente em relação à validade do Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela Top Grass.
4. Em virtude do exposto, encaminhamos os autos para que se manifeste a respeito do Despacho NOVACAP/PRES/DU (151723767), para decisão do recurso
5. Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

3. A consulta supramencionada decorre da solicitação contida no Despacho – NOVACAP/PRES/DU (151723767), vazado nos seguintes termos:

Em atenção ao Despacho – NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC, (150789527), que trata Recurso Administrativo interposto pela VIVEIRO CAMPO LINDO (148848045) com a empresa TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA ME, atendida por meio do documento (150792724) e, no Processo 00112-00019157/2024-54, es O presente trata-se do Recurso Administrativo e das Contrarrazões apresentados pelas empresas Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda e Top Grass Agrícola Ltda-ME. O Pregão Eletrônico nº 039/2022 - DECOMP/DA (103350518), no qual faremos um breve resumo da análise, realizada pela área técnica do DPJ, da capacidade técnica. Inicialmente a empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME foi arrematante dos Lote 04, 08 e 10, sendo que após análise dos atestados de capacidade técnica foi para ser declarada arrematante do lote 05.

Atendida o direito de preferência e após análise da documentação apresentada pela empresa Top Grass ela foi declarada habilitada para arrematar, também Posteriormente, a empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda apresentou Recurso Administrativo referente a habilitação da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME a respeito do Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa CGSG Participações Empresariais Eirelli, CNPJ 32.878.783/0001-05 à empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, dos lotes 4, 8 e 10, pois comprava a execução nos quantitativo previsto no Projeto Básico de plantio de árvores/arbustos e palmeiras.

Desta forma, a Divisão de Licitações e Contratos (Dilic), solicitou por meio do Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (147639187) que Departamento de Compras de Plantas Ltda e as Contrarrazões da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME.

Após análise da documentação demonstrada no Recurso Administrativo e nas Contrarrazões das já citadas empresas o Departamento de Parques e Jardins constatou dados aparentemente contraditórios dos documentos apresentados, uma vez que a empresa CGSG Participações Empresariais Eirelli, conforme informação ocorreu no período de 05/01/2013 a 06/01/2020, sendo que anterior a abertura da empresa, salvo melhor juízo, entendemos não ser possível o fornecimento de serviços.

Outro fator que levou a área técnica a solicitar diligências para o tomada de decisão referente ao Recurso Administrativo e as contrarrazões apresentadas a empresa Top Grass apresentou um novo atestado, substituindo o citado documento por outro, de igual teor, porém emitido pela empresa Geo Lógica - Consultoria Ambiental Ltda. "(...) **houve um mero erro material no nome da empresa emissora do atestado**, vez que a CGSG1 e a GEO LÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA administrador, qual seja, o Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes (...)" *grifo nosso*

Segue abaixo transcrição da análise preliminar do Recurso Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo e das Contrarrazões da empresa Top Grass, com

"Recurso Administrativo: Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185):

A empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda apresentou Recurso Administrativo referente a habilitação da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME. A análise da qualificação técnica cumpriu ao determinado na Decisão nº 1313/2024 (139866791) do Tribunal de Contas do Distrito Federal (129656604):

"(...)"

b) retome o andamento do Pregão Eletrônico por SRP n.º 39/2022 à fase de julgamento das condições de habilitação, imediatamente posterior à abertura do certame, de forma conjunta, e levando em consideração apenas a documentação entregue pelas licitantes quando da abertura do certame, deixa Contratos da jurisdição;

"(...)"

A avaliação referente a qualificação técnica da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME foi realizada tendo como referência os Atestados de Capacidade Técnica fornecidos pela empresa TOP GRASS (111024364)".

A empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda suscitou dúvidas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa CGSG Participações Empresariais Eirelli, como arrematante não apenas do lote 05, mas também, dos lotes 4, 8 e 10, para o item plantio de árvores/arbustos e palmeiras, na qual em seu Recurso Administrativo

(...) Em consulta a base de dados da Receita Federal do Brasil, a empresa CGSC foi fundada, teve sua abertura em 25.02.2019.

Firefox https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.878.783/0001-05 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 25/02/2019
NOME EMPRESARIAL CGSG PARTICIPACOES EMPRESARIAIS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CGSG PARTICIPACOES EMPRESARIAIS		PORTES DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.62-0-00 - Holding de instituições não-financeiras		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários 41.20-4-00 - Construção de edifícios 43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas 43.11-9-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO Q SAAN QUADRA 1 LOTE	NÚMERO 400	COMPLEMENTO PARTE A
CEP 70.632-100	BARRIO/DISTRITO ZONA INDUSTRIAL	MUNICÍPIO BRASILIA
ENDEREÇO ELETRÔNICO GEOLOGICA@GEOLOGICADF.COM.BR	TELEFONE (61) 3327-1777	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/02/2019
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.
Emitido no dia 29/07/2024 às 18:05:53 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Como é possível a emissão de um atestado de capacidade técnica emitido em 20.01.2020, atestando serviços executados no período de 05.01.2013 a 06.01.2020. Não é possível."

Para manter a isonomia entre licitantes, afastar qualquer equívoco na habilitação da licitante, dirimir quaisquer dúvidas a respeito do referido Atestado de capacidade técnica, a empresa deve apresentar o mesmo.

Contrarrazões Empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, referente ao Recurso Administrativo interposto pela empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Produtos Agrícolas

Em atenção as contrarrazões apresentadas pela empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME a respeito do Recursos Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Produtos Agrícolas, a empresa CGSG Participações, à empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, apresenta as seguintes informações:

A empresa CGSG contratante da empresa Top Grass, Contrato nº 12/2023, atesta a execução do plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma Cerrado, sendo a proprietária do empreendimento a Terracap.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para fins de comprovação de realização de atividade técnica, que a empresa **TOP GRASS AGRICOLA LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.185.890/0001-20, com sede no Nucleo Rural Rio Preto, Fazenda Titumba, Planaltina, Brasília/DF, CEP 70.719-900, por meio do seu responsável técnico o Engenheiro Agrônomo Carlos Henrique Pimenta, CREA nº 8886/D-GO, **PRESTOU** os serviços de **CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.878.783/0001-05, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

Dados da obra ou serviço:

1. **Contrato n.º : 12/2013**

Objeto do Contrato: Execução e plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília – Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF.

1. **Empresa contratada: TOP GRASS AGRICOLA LTDA ME**
CNPJ nº 15.185.890/0001-20.

2. **Responsável Técnico:** Engenheiro Agrônomo Carlos Pimenta, CREA nº 8886/D-GO

3. **Contratante dos serviços: CGSG PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.878.783/0001-05, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100.

4. **Empresa proprietária do empreendimento: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap.**

5. **Valor do contrato: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**

6. **Período de execução (início e fim): 05/01/2013 a 06/01/2020**

Endereço da obra ou serviço: **Floresta nacional de Brasília – Flona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília – DF.**

Descrição das atividades

PL

Item	Descrição
1.1	Mudas de árvores do bioma cerrado na Flona.
1.2	Mudas de árvores do bioma cerrado na RFFSA, Brasília – DF

Atestamos que os serviços acima descritos foram executados dentro dos prazos e normas contratuais.

Brasília-DF, 20

CGSG PARTICIPAÇÕES
Cristiano Goulart
Responsável

Nas contrarrazões apresentadas pela empresa Top Grass, referente as dúvidas suscitada pela empresa Viveiro Campo Lindo referente o Atestado de Capacidade Técnica, a empresa afirma que:

(...) houve um mero erro material no nome da empresa emissora do atestado, vez que a CGSG1 e a GEO LÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.2 empresas, qual seja, o Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes (...)

Tal afirmação está acompanhada de uma declaração do Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes que declara ser proprietário das empresas CGSG Participações Em A empresa Top Grass, também apresenta em sua contrarrazão um novo Atestado de Capacidade Técnica, com os mesmos dados do anterior, porém emitido

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA	
<p>ATESTAMOS, para fins de comprovação de realização de atividade técnica, que a empresa TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.185.890/0001-20, com sede no Núcleo Rural Rio Preto, Fazenda Titumba, Planaltina, Brasília/DF, CEP 70.719-900, por meio do seu responsável técnico o Engenheiro Agrônomo Carlos Henrique Pimenta, CREA nº 8886/D-GO, PRESTOU à GEO LÓGICA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, sediada no SAAN, Quadra 1, Lote 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100, os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:</p>	
Dados da obra ou serviço:	
<p>1. Contrato n.º: 12/2013</p> <p>Objeto do Contrato: Execução e plantio de 400.000 mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional de Brasília — Fiona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília — DF.</p> <p>1. Empresa contratada: TOP GRASS AGRÍCOLA LTDA ME CNPJ nº 15.185.890/0001-20.</p> <p>2. Responsável Técnico: Engenheiro Agrônomo Carlos Pimenta, CREA nº 8886/D- GO</p> <p>3. Contratante dos serviços: GEO LÓGICA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.657.860/0001-53, sediada no SAAN Quadra 1 Lote, 400, Parte A, Zona Industrial, Brasília-DF, CEP: 70.632-100.</p> <p>4. Empresa proprietária do empreendimento: Companhia imobiliária de Brasília — Terracap.</p> <p>5. Valor do contrato: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)</p> <p>6. Período de execução (início e fim): 05/01/2013 a 06/01/2020</p> <p>Endereço da obra ou serviço: Floresta nacional de Brasília — Fiona e na Rede Ferroviária Federal S/A RFFSA, Brasília — DF.</p>	

Descrição das atividades desenvolvidas	
PLANTIO	
Item	Descrição
1.1	Mudas de árvores do bioma cerrado na Floresta nacional Brasil " Fiona.
1.2	Mudas de árvores do bioma cerrado na Rede Ferroviária Federal S/A, RFFSA, Brasília — DF

Atestamos que os serviços acima discriminados foram executados dentro dos prazos e normas contratuais.

Brasília/DF, 20 de janeiro de 2020

Documento assinado digitalmente
gov.br CRISTIANO GOULART SIMAS GOMES
 Data: 20/01/2020 16:14:15-0300
 Verifique em <https://validar.ssi.gov.br>

Concarnente a troca do emissor do Atestado a empresa Top Grass afirma que:

"Por erro interno da emissora, o atestado foi emitido em nome da empresa errada. E a Recorrida, por mera desatenção, também não se atentou ao fato, para prestar os serviços, a Geo Lógica.

Assim, o atestado que comprova os serviços executados pela Recorrida na Floresta Nacional de Brasília Fiona e na Rede Ferroviária Federal S/A de Brasília visto que ela foi a contratada pela TERRACAP no Contrato n. 01/2013. Conforme se vê abaixo:

CONTRATO Nº 01/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP E GEO LÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., NA FORMA ABAIXO:

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, Empresa Pública, com sede no Setor de Administração Municipal, Bloco F, Edifício TERRACAP, nesta Capital, inscrita na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 5350000034-8, CNPJ nº 00.359.877/0001-73, doravante denominada simplesmente **TERRACAP**, neste ato representada por seu Presidente-Respondendo, **ISRAEL MARCOS DA COSTA BRANDÃO**, casado, administrador, por seu Diretor de Recursos Humanos, Administração e Finanças-Respondendo, **KAIO DE OLIVEIRA TEIXEIRA**, casado, servidor público e pela Diretora Técnica e de Fiscalização, Respondendo, **CAREM LÚCIA GUIMARAES**, casada, engenheira civil, todos brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital, assistidos pelo Chefe da Advocacia e Consultoria Jurídica, Respondendo, **CARLOS CESAR BORGES**, brasileiro, casado, advogado, também residente e domiciliado nesta Capital, que examinou e conferiu todos os dados e elementos do presente termo sob os aspectos da forma e do conteúdo jurídico considerando-os em conformidade com a **Decisão nº 1360 da Diretoria Colegiada da TERRACAP em sua 2813ª Sessão, realizada em 28/11/2012**, conforme Edital de Licitação Pública na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2012-CPL/PRESI/TERRACAP**, realizado nos termos da Lei nº 8.666/93, à qual se sujeitam as partes contratantes, e de outro lado, **GEO LÓGICA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.**, estabelecida no SRTV/N, Quadra 701, Centro Empresarial Norte, Bloco A, Salas 121 a 120, Brasília/DF, CNPJ nº 04.657.860/0001-53, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor **CARLOS CHRISTIAN DELLA GIUSTINA**, brasileiro, casado, geólogo, portador da Carteira de Identidade nº 10.864/D CREA - DF e do CPF nº 001.573.969-40, residente e domiciliado em Brasília/DF, tendo em vista o constante do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111.001.760/2012 - TERRACAP**, resolvem firmar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E PLANTIO DE 1.000.000 (UM MILHÃO) DE MUDAS/ANO DE ESPÉCIES NATIVAS DO BIOMA CERRADO, COM MANUTENÇÃO POR 2 (DOIS) ANOS, DIVIDIDOS EM 3 (TRÊS) LOTES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA deverá executar os serviços com estrita

Considerando as dúvidas suscitadas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica em questão;

Considerando a apresentação, pela empresa Top Grass, de um novo Atestado de Capacidade Técnica com os mesmos dados do Atestado já constante legitimidade do Atestado de Capacidade Técnica.

Assim, solicitamos à DILIC/DECOMP/DA/PRES que realize as seguintes diligências:

A empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, solicitar:

Cópia do Contrato nº 012/2013 que originou o Atestado de Capacidade Técnica, ora questionado;

- Cópia de Diário de Obras/Serviços, fotos ou qualquer documento que demonstre a execução dos serviços pela empresa Top Grass;
- Cópia das Notas Fiscais dos pagamentos dos serviços prestados pela empresa Top Grass, por força do Contrato nº 12/2023;
- Quaisquer outros documentos e esclarecimentos que a empresa considere pertinente para comprovar a execução dos serviços referente ao Atestado de Capacidade Técnica, ora

A Terracap, solicitar:

- Informações sobre a execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap celebrado com a empresa Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda, cujo objeto é a contratação dos serviços de f especificações descritas no Termo de Referência;
- Prazo de execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap;
- Informações se o Contrato nº 01/2023 - Terracap previa a subcontratação dos serviços;
- Se a Terracap tinha conhecimento que parte do objeto do Contrato nº 01/2023-Terracap, plantio de 400.000 mudas, foi subcontratado para à empresa Top Grass Agrícola Ltda-M
- Se a Terracap emitiu algum Atestado de Capacidade Técnica referente a execução dos serviços contemplados no Contrato nº 01/2023-Terracap.

Informamos que a conclusão, a respeito do Recurso Administrativo da empresa **Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda** e das Contrarrrazões da en

Assim, após a solicitação do Departamento de Parques e Jardins, a Divisão de Licitações e Contratos (DILIC/DECOMP) realizou a Diligência n.º 66/2024 - NC referente ao Contrato nº 01/2013-Terracap, uma vez que conforme os dados do citado atestado os serviços foram realizado por força deste contrato form

Referente a diligência da Novacap, junto a empresa Top Grass, a licitante apresentou as seguintes alegações (150792724):

"De início, é mister frisar que o Tribunal de Contas da União já pacificou o entendimento de que é ilegal a exigência de que os atestados de capacidade té qualificação técnica das empresas licitantes. Nesse sentido, confira-se: É ilegal a exigência de que atestados de capacidade técnica estejam acompanhado 31 da Lei 8.666/1993 é taxativa. (Acórdão 2435/2021-Plenário | Relator: RAIMUNDO CARREIRO | Boletim de Jurisprudência nº 376 de 25/10/2021) – Grifo

É indevida a exigência de que atestados de qualificação técnica sejam acompanhados de cópias das respectivas notas fiscais, visto não estarem estes úl Raimundo Carreiro | Boletim de Jurisprudência nº 374 de 13/10/2021) – Grifos e destaques nossos.

A vedação à exigência de referidos documentos sofre alguma mitigação no rol que o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap apresenta ao d relação do que se pode demandar), mas se permite que a comprovação da idoneidade dos atestados se faça pelo envio de contratos de prestação de servi

Art. 85. A documentação relativa à qualificação técnica ficará adstrita a: (...) II- comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e cc técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se res

§ 1º A comprovação da aptidão referida no inciso II do caput será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devida

§ 3º Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valc com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado. (...)

§ 5º A comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados poderá ser solicitada pela NOVACAP, mediante, dentre outros do Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitações entenderem necessárias. Grifos e destaques nossos."

Baseado nos argumentos citados acima a empresa Top Grass de todos os documentos solicitados pela Novacap apenas apresentou o contrato firmad encaminhamento dos demais documentos a empresa apresentou as seguintes justificativas:

"Com o devido acatamento, percebe-se, assim, que a demanda por envio de Notas Fiscais e documentos assemelhados está em dissonância em relação ac Mesmo que quisesse atender à solicitação da Administração, é importante destacar que a Top Grass não possui mais os documentos fiscais referentes a conforme definido pelas partes.

A esse respeito, cumpre destacar que, nos termos dos arts. 150, § 4º; 173 e 174; e 195, todos do Código Tributário Nacional, os documentos fiscais somen Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento se exercida pelo obrigado, expressamente a homologa. (...) § 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fatc extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação. – Grifos e destaques nossos

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: – Grifos e destaques nossos

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. – Grifos e destaques nosso

Art. 195. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar merc dêstes de exibi-los.

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: – Grifos e destaques nossos

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. – Grifos e destaques nosso

Art. 195. Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar merc dêstes de exibi-los.

Parágrafo único. Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos nêles efetuados serão conservados até que o Inclusive, o entendimento acima foi recentemente confirmado pelo E. Tribunal de Justiça do Distrito Federal, no sentido de que “os livros obrigatórios c créditos tributários decorrentes das operações a que se reiram” (grifo nosso). Confira-se:

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. NOTAS FISCAIS EMITIDAS EM 2016. OBRIGAÇÃO DE (

1. O Código Tributário Nacional - CTN, em seu art. 195, parágrafo único, dispõe que os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprova que se reiram. O art. 174 prevê que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

2. O sujeito passivo da obrigação tributária, portanto, tem o dever de guardar os livros e documentos fiscais até que ocorra a prescrição: cinco anos contac

3. Todavia, deve-se considerar que, se verificada a decadência (art. 173 do CTN), o Fisco não mais poderá mais lançar qualquer diferença contra o sujeito p 4. Na hipótese, como não há informações sobre procedimento administrativo instaurado em face da ré/apelada nem maiores detalhes sobre os tributos contados do primeiro dia do exercício seguinte à emissão dos documentos, que ocorreu em 2016).

5. As alegações do apelante no sentido de que o prazo de cinco anos para guarda das notas fiscais deve ser contado da ciência do destinatário sobre a exi notas por período indeterminado. 6. Recurso desprovido. Honorários majorados. (TJ-DF 07033453420238070008 1883254, Relator: LEONARDO ROSCOE B 6ª Turma Cível, Data de Publicação: 05/07/2024) –

Grifos e destaques nossos.

Assim, percebe-se que já houve o escoamento do prazo legal pelo qual a Top Grass deveria guardar os documentos fiscais referentes à prestação dos servi

Nesse diapasão, é necessário se considerar que a relação entre Top Grass e a Geo Lógica é regida pelo Código Civil, aplicando-se, em relação ao negócio prestação dos serviços e o pagamento acordado, não haveria necessidade de a Top Grass manter em seus arquivos quaisquer documentos, pois qualquer referente a essa contratação fossem guardados.

De todo modo, a Top Grass, imbuída de boa-fé, ea fim de afastar quaisquer dúvidas a respeito da legitimidade do atestado apresentado e da veracidade Lógica – Consultoria Ambiental LTDA., no qual há a descrição de todos os serviços contratados.

De mais a mais, qualquer exigência que se faça além dessas é, no mínimo, desarrazoada, pois, além dos motivos expostos ao longo desta manifestação, é especialmente porque ele atende todos os requisitos legais, conforme orientação do C. TCU. Veja-se:

Devem os atestados de capacidade técnica ser/estar:

- relacionados ao objeto da licitação;
- exigidos proporcionalmente ao item, etapa ou parcela ou conforme se dispuser a divisão do objeto;
- fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com identificação do emissor;
- emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas; - assinados por quem tenha competência para expedir-los;
- registrados na entidade profissional competente, quando for o caso;

Ainda com relação a exigências de atestados, deve ser observado que:

- seja pertinente e compatível em características, quantidades e prazos exigidos na licitação;
- sempre que possível, seja permitido somatório de quantitativos, de forma a ampliar a competição;
- não seja limitado a tempo (validade), época ou locais específicos;
- possa ser demonstrada a comprovação de aptidão até a data de entrega da proposta, não restrita à de divulgação do edital. (Licitação http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496111)"

A empresa Top Grass reitera a afirmação que os atestados são legítimos e retratam informações verídicas, gozando da presunção de boa-fé, "importa questionar a idoneidade do atestado apresentado pela licitante, porém o atestado, inicialmente apresentado pela Top Grass, utilizado para ser declarado técnico do DPI, considerando a presunção de boa fé da licitante.

Porém, a empresa empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda promoveu dúvidas a respeito do Atestado de Capacidade Técnica da empresa fornecedora do atestado, só foi aberta em 25/02/2019, ou seja um ano antes do período final da execução dos serviços atestados, 05/01/2013 a 06/01/2020, a emissora do mesmo seria a empresa Geo Lógica, com os argumentos explanados no Despacho – NOVACAP/PRES/DU/DPI (148341713), transcrito acima.

Desta forma, ainda entendemos que para manter a isonomia entre os participantes do certame, afastar qualquer equívoco na habilitação da licitante, di nos possibilita a realização de diligências, cabe a Novacap como Administração Pública averiguar as informações de modo a atestar de forma inequívoca a validade do atestado. 66/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC e consideramos, salvo melhor juízo, que a demanda para apresentação de documentos complementares ao

Referente ao pedido de informações da Novacap, junto à Terracap, a empresa encaminhou Ofício Nº 1240/2024 - TERRACAP/PRESI/DITEC/ADTEC (1506

"Em atenção ao Ofício Nº 100/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (150560649), onde essa Companhia Urbanizadora solicita esclarecimentos sobre O Prazo de execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap: **Início em 04/01/2013; Término em 07/01/2020**

Se o Contrato nº 01/2023 - Terracap previa a subcontratação dos serviços: **A subcontratação era vedada conforme cláusula décima segunda do referido c**

"CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA SUBCONTRATAÇÃO

Não serão permitidas a subcontratação total ou parcial, a associação do contrato com outrem, bem como sua cessão ou transferência total ou parcial.

Se a Terracap tinha conhecimento que parte do objeto do Contrato nº 01/2023-Terracap, plantio de 400.000 mudas, foi subcontratado para à empresa Top

Se a Terracap emitiu algum Atestado de Capacidade Técnica referente a execução dos serviços contemplados no Contrato nº 01/2023 -Terracap: **Atestado**

Portanto, conforme as informações fornecidas pela Terracap, o Contrato nº 01/2023-Terracap foi formalizado entre a empresa Géo Lógica Consultoria, estando expresso no contrato não ser permitida a subcontratação dos serviços total ou parcial, bem como a sua cessão ou transferência total ou parcial comunicada que os serviços foram subcontratos.

No questionamento realizado pela Novacap referente a existência de Atestado de Capacidade Técnica para os serviços prestados pelo Contrato nº 01/2023 totalidade dos serviços (150637212), inclusive com a indicação dos Responsáveis Técnicos da Contratada e de dos Fiscais da Contratante durante todo o pe

Diante do exposto, entendemos que a avaliação do Recurso Administrativo da empresa **Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185)**, c meramente técnica e deverá ser objeto de avaliação jurídica.

Cabe, ainda, salientar que caso o Atestado de Capacidade Técnica, objeto do Recurso Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo, seja desconsiderado quantitativos mínimos definidos no item 14.13. Qualificação Técnica do PB para o item plantio de árvores/arbustos e palmeiras, levando a sua inabilitação Assim, diante do exposto, solicitamos gestão de Vossa Senhoria, junto à Diretoria Jurídica, para parecer quanto a aceitação do Atestado de Capacidade seja negado provimento ao Recurso Administrativo da empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185).

Diante disso, encaminha-se os presentes para conhecimento e providências.

4. É o relatório.

II - Análise

5. Inicialmente, cumpre registrar que esta análise se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, não sendo objeto deste parecer a avaliação quanto à oportunidade pública, o qual pode, de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa daquela emanada por este Departamento Jurídico Consultivo.

6. Ademais, presume-se que os documentos acostados aos autos, sua autenticidade, especificações técnicas são de responsabilidade dos setores competentes, não

7. É cediço que desde 16.07.2020 está em vigor novo Regulamento de Licitações e Contratos - RLC da NOVACAP que rege os procedimentos de licitação e os contrat

8. O Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP é o instrumento jurídico que esta Administração deverá observar nos seus procedimentos de licitações e nºs 23.460/2002, 32.566/2010, 39.103/2018, 38.365/17, e demais normas aplicáveis.

9. Nesse sentido, a referida norma deverá ser adotada para guiar a presente análise.

10. A interposição de recurso administrativo é cabível contra atos decisórios em face de licitante nos casos de habilitação ou inabilitação, julgamento das propostas,

11. A empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda apresentou Recurso Administrativo (147200185) em face da habilitação da empresa Top Grass Agrícola mínimo exigido no edital.

12. Alega que a pregoeira se equivocou ao considerar itens que não estão contemplados na decisão TCDF, visto o Atestado de Capacidade Técnica emitido pela empresa bioma cerrado, não podendo ser considerados "plantio de palmeira, árvore e arbusto", uma vez que o item não é compatível com o objeto licitado, em termos de t

13. Aduz, ainda, que a empresa CGSC, emitente do atestado de capacidade técnica apresentado pela recorrida, foi aberta em 25/02/2019, razão pela qual não pode

14. A tempestividade do recurso foi atestada pela Chefe do Departamento de Compras Interino (a), conforme Despacho – NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (147638409), aduzindo, em síntese, que houve erro material na emissão do atestado de capacidade administradas pelo mesmo sócio administrador, Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes, de modo que por equívoco, o atestado foi emitido pela empresa CGSG quando contratada no Contrato nº 01/2013 celebrado com a Terracap e que a subcontratou para executar os serviços mencionados no atestado de capacidade técnica objeto do Contrato nº 01/2013.
15. A recorrida, por sua vez, ofertou contrarrazões ao recurso (147638409), aduzindo, em síntese, que houve erro material na emissão do atestado de capacidade administradas pelo mesmo sócio administrador, Sr. Cristiano Goulart Simas Gomes, de modo que por equívoco, o atestado foi emitido pela empresa CGSG quando contratada no Contrato nº 01/2013 celebrado com a Terracap e que a subcontratou para executar os serviços mencionados no atestado de capacidade técnica objeto do Contrato nº 01/2013.
16. Assim, a fim de corrigir o alegado erro material, a recorrida apresentou um novo atestado de capacidade técnica, desta vez, emitido pela GEO LÓGICA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA.
17. Diante dos fatos alegados pela recorrente, a área técnica, no Despacho – NOVACAP/PRES/DU/DPI (148341713), requereu diligência nos seguintes termos:

(...)

3.9.1. A empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME, solicitar:

- Cópia do Contrato nº 012/2013 que originou o Atestado de Capacidade Técnica, ora questionado;
- Cópia de Diário de Obras/Serviços, fotos ou qualquer documento que demonstre a execução dos serviços pela empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME;
- Cópia das Notas Fiscais dos pagamentos dos serviços prestados pela empresa Top Grass, por força do Contrato nº 12/2023;
- Quaisquer outros documentos e esclarecimentos que a empresa considere pertinente para comprovar a execução dos serviços referidos no Contrato nº 01/2013.

3.9.2. A Terracap, solicitar:

- Informações sobre a execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap celebrado com a empresa Geo Lógica Consultoria Ambiental LTDA, bioma Cerrado, com manutenção por 2 (dois) anos, divididos em 3 (três) lotes, conforme especificações descritas no Termo de Referência nº 01/2013 - Terracap;
- Prazo de execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap;
- Informações se o Contrato nº 01/2023 - Terracap previa a subcontratação dos serviços;
- Se a Terracap tinha conhecimento que parte do objeto do Contrato nº 01/2023-Terracap, plantio de 400.000 mudas, foi subcontratado para a empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME;
- Se a Terracap emitiu algum Atestado de Capacidade Técnica referente a execução dos serviços contemplados no Contrato nº 01/2013.

18. Assim, foi realizada a Diligência n.º 66/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (148848045), tendo a recorrida, na resposta (150792724), apresentado a cópia dos documentos em relação ao mencionado contrato, tendo em vista que esse foi celebrado há mais de 10 anos e o pagamento realizado.

19. Por sua vez, a Terracap, por meio do Ofício Nº 1240/2024 - TERRACAP/PRESI/DITEC/ADTEC (150646554) informou que:

1. Em atenção ao Ofício Nº 100/2024 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (150560649), onde essa Companhia solicita esclarecimentos sobre os itens a seguir relacionados referentes ao Contrato nº 01/2013, temos a informar:

- O Prazo de execução do Contrato nº 01/2013 - Terracap: **Início em 04/01/2013; Término em 07/01/2020**
- Se o Contrato nº 01/2023 - Terracap previa a subcontratação dos serviços: **A subcontratação era vedada conforme cláusula décima segund** referido contrato (150637156), *in verbis*:

"CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA SUBCONTRATAÇÃO

Não serão permitidas a subcontratação total ou parcial, a associação do contrato com outrem, bem como sua cessã
transferência total ou parcial."

- Se a Terracap tinha conhecimento que parte do objeto do Contrato nº 01/2023-Terracap, plantio de 400.000 mudas, foi subcontratado para a empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME: **Em nenhum momento a Terracap foi comunicada sobre subcontratações por parte da contratada.**
- Se a Terracap emitiu algum Atestado de Capacidade Técnica referente a execução dos serviços contemplados no Contrato nº 01/2023 - Terracap: **Atestado Técnico - Documento SEI 150637212).**

2. Com os esclarecimentos solicitados, restituímos os autos colocando-nos à disposição dessa Companhia para outros esclarecimentos necessários.

20. Pois bem. Como primeiro ponto, cumpre esclarecer que a alegação de que houve equívoco na habilitação da recorrida com base na Decisão nº 1313/2024 - NOVACAP/PRES/DU/DPI (148341713), informou que a análise da qualificação técnica se deu com base na mencionada decisão e teve como referência os atestados de capacidade técnica apresentados.

"A análise da qualificação técnica cumpriu ao determinado na Decisão nº 1313/2024 (139866791) do Tribunal de Contas do Distrito Federal (129656604):

"(...)

b) retome o andamento do Pregão Eletrônico por SRP n.º 39/2022 à fase de julgamento das condições de habilitação, imediatamente posterior à abertura de lances, e levando em consideração apenas a documentação entregue pelas licitantes quando da abertura do certame, deixando de fora a documentação produzida posteriormente;

"(...)"

A avaliação referente a qualificação técnica da empresa Top Grass Agrícola Ltda-ME foi realizada tendo como referência os Atestados de Capacidade Técnica nº 111024364).

21. De todo modo, sabe-se que a fase de habilitação objetiva a verificação da capacidade do licitante em executar o objeto da contratação, consoante a documentação técnica prevista em lei especial.

22. Registre-se que o TCU constantemente reafirma que a comprovação da capacidade técnica deve ser norteada pelo art. 37, XXI da CF, que somente admite exigência de comprovação da capacidade técnica quando da contratação de obras, serviços ou fornecimento de bens.

23. A respeito das exigências de qualificação técnica, estabelece a Lei nº 13.303/2016:

Art. 58. A habilitação será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros

I - exigência da apresentação de documentos aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contratação de obrigações por parte do licitante;

II - qualificação técnica, restrita a parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa;

III - capacidade econômica e financeira; (...) (grifei)

24. Por sua vez, acerca das exigências para a comprovação da capacidade técnica, o Edital (109448985) previu que:

(...)

a) EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

É a comprovação de experiência da execução de atividades, compatível com as características dos serviços do objeto a ser contratado.

A LICITANTE arrematante deverá comprovar a qualificação técnica por meio de Acervo Técnico de 25% do quantitativo total do(s) lote(s) licitado(s) arrematado(s) por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nos Conselhos Profissionais, salvo se o objeto a ser contratado for de natureza de direito privado. O documento deve ser apresentado em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma, indicando endereço e telefone da emitente ou das pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação.

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmar

A LICITANTE disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros serviços.

O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a NOVACAP possa valer-se

A NOVACAP se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos Contratos

A LICITANTE deverá comprovar que possui inscrição primária ou secundária no registro ou inscrição na entidade profissional competente, bem como de que (...) (grifei)

O art. 85 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novavap estabelece:

Art. 85. A documentação relativa à qualificação técnica ficará adstrita a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional correspondente, quando cabível;

II- comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme exigência contida no Edital;

(...)

§ 5º A comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados poderá ser solicitada pela NOVACAP, mediante, dentre outros, o Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Licitações entenderem necessárias. (grifei)

25. Veja-se que a realização de diligência é realizada sempre que a comissão de licitação se depara com alguma dúvida ou com alguma imprecisão, sendo mecanismo existindo dúvida acerca da veracidade do atestado de capacidade técnica, por exemplo, é admissível a exigência da diligência competente.

26. Nesse sentido, o Acórdão 3418/2014-TCU-Plenário:

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivem fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993).

27. Marçal Justen Filho destaca ainda que o caráter discricionário da Administração, para decidir por diligenciar, é na realidade muito mais um dever, de esclarecimento não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar ou não a diligência. Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações diligências será obrigatória. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 16. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013).

28. No caso concreto, como mencionado alhures, a área técnica solicitou a realização de diligência, tendo sido oportunizado à recorrida, por meio da Diligência nº 01/2023.

Cópia do Contrato nº 012/2013 que originou o Atestado de Capacidade Técnica, ora questionado;

Cópia de Diário de Obras/Serviços, fotos ou qualquer documento que demonstre a execução dos serviços pela empresa Top Grass;

Cópia das Notas Fiscais dos pagamentos dos serviços prestados pela empresa Top Grass, por força do Contrato nº 12/2023;

Quaisquer outros documentos e esclarecimentos que a empresa considere pertinente para comprovar a execução dos serviços referente ao Atestado de Capacidade Técnica, ora questionado.

29. Em resposta à mencionada diligência, a recorrida (150792724) se limitou a trazer aos autos o contrato nº 012/2013 firmado com a empresa GEO LÓGICA - celebrado em 2013 e que todos os pagamentos foram feitos no início da prestação dos serviços, de modo que não tem obrigação de guardar documentos por prazo determinado.

30. Ora, diante da existência de dúvida acerca do atestado de capacidade técnica apresentado pela recorrida, entendemos, salvo melhor juízo, que caberia a ela a comprovação da veracidade do atestado de capacidade técnica questionado, execução essa que teria ocorrido entre 05/01/2013 a 06/01/2020. Isto, porque declaração de veracidade.

31. Nesses termos, dispõe o art. 408 do Código de Processo Civil, *in verbis*:

Art. 408. As declarações constantes do documento particular escrito e assinado ou somente assinado presumem-se verdadeiras em relação ao signatário.

Parágrafo único. Quando, todavia, contiver declaração de ciência de determinado fato, o documento particular prova a ciência, mas não o fato em si, incurrida a responsabilidade pelo fato.

32. No caso concreto, o contrato apresentado para comprovar a execução dos serviços indicados no atestado de capacidade técnica não veio acompanhado de inexistência de notas fiscais referentes à prestação dos serviços, seja a impossibilidade pelo decurso do tempo, seja a alegação de que os serviços foram pagos no início do serviço que se afirma ter executado.

33. Para além, cumpre destacar que não é crível que um contrato que a recorrida alega ter executado ao longo de 07 (sete) anos, ou seja, de **05/01/2013 a 06/01/2020**, quando a Subcontratante recebeu o pagamento mensalmente durante a execução do contrato, vide Cláusula Sexta, o que vem a reforçar as dúvidas acerca do atestado.

34. Ora, cumpre registrar que mesmo diante da oportunidade para a comprovação da execução dos serviços, a Recorrida deixou de fornecer quaisquer evidências do atestado de capacidade técnica fornecido. Lembramos neste íterim, que no caso em comento há inversão do ônus da prova, e por conseguinte, caberia à Recorrida a comprovação.

35. Não é demais destacar que a Terracap, empresa pública que contratou a empresa GEO LÓGICA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., conforme Contrato nº 01/2023, vedava a subcontratação e que em nenhum momento foi comunicada sobre a alegada subcontratação, atestando, ainda, que os serviços foram realizados pela empresa.

36. Nesses termos, cumpre registrar que o atestado não é apenas a demonstração de uma situação de fato, mas, necessariamente, a demonstração de uma situação legal. Se o atestado remete à prestação de serviços cuja execução sequer foi comprovada e em desacordo com o Contrato nº 01/2023 (150637156), o qual expressamente se refere à Administração Pública.

37. Assim, em face da ausência de evidências comprobatórias da efetiva prestação dos serviços relativo ao contrato firmado com a empresa GEO LÓGICA - CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., a comprovação da qualificação técnica, cabendo a sua inabilitação no certame.

38. Cabe ainda esclarecer que o recurso interposto pela empresa Viveiro Campo Lindo Comércio de Plantas Ltda (147200185) é referente apenas ao lote 5. Todavia, resguardada pelo Princípio da Autotutela, verificar se a recorrida se valeu do mesmo atestado de capacidade técnica para todos esses lotes e, caso isso tenha ocorrido, a Administração Pública.

39. Por fim, é de se ressaltar que a apresentação de atestado de capacidade técnica sem qualquer comprovação da prestação dos serviços ao qual se refere pode configurar de apurar possível fraude na apresentação do atestado de capacidade técnica pela recorrida.

III - Conclusão

40. Ante o exposto, com base nos princípios que regem o procedimento licitatório, em análise quanto aos aspectos jurídicos, com os alertas contidos nos itens 37 a 39, a comprovação da qualificação técnica, sugerindo que seja **DADO PROVIMENTO** ao recurso, no sentido de inabilitar a empresa **Top Grass Agrícola Ltda-ME** pelo fato de ela não apresentar.

É o parecer.

À consideração superior.

EDUARDO AURELIANO E SILVA

Assessor da Diretoria Jurídica - Nível Superior

OAB/DF 25.429

Senhora Diretora Jurídica,

1. Acolho os termos do presente Parecer nº 604/2024-NOVACAP/PRES/DJ/DECONS, pelos seus próprios fundamentos.
2. Após a manifestação de Vossa Senhoria, sugiro que sejam os autos encaminhados ao DECOMP/DILIC para conhecimento.

ANTÔNIO MARQUES DOS REIS

Chefe-Adjunto do Departamento Jurídico Consult

DECONS/DJ/NOVACAP

OAB/DF nº 35.184

5.7. Tendo em vista o Parecer 604 (152590730) emitido pela Diretoria Jurídica (DJ) que concluiu:

(...)

Ante o exposto, com base nos princípios que regem o procedimento licitatório, em análise quanto aos aspectos jurídicos, com os alertas contidos nos itens 37 a 39 deste parecer, conclui-se que não há nos autos elementos suficientes para validar os documentos apresentados pela recorrida para a comprovação da qualificação técnica, sugerindo que seja **DADO PROVIMENTO** ao recurso, no sentido de inabilitar a empresa **Top Grass Agrícola Ltda-ME** pelo fato dessa não ter comprovado, diante da dúvida suscitada nos autos, que prestou os serviços descritos no atestado de capacidade técnica por ela apresentado.

6. CONCLUSÃO

6.1. Respalhando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, concluiu-se pelo recebimento do recurso da empresa **VIVEIRO CAMPO LINDO (147200185)**, e, no mérito, lhe seja **DADO PROVIMENTO**, de forma a:

- a) INABILITAR a empresa TOP GRASS AGRICOLA para o lote 05;
- b) Considerando a informação de que a Recorrida também arrematou os lotes 4, 8 e 10 do certame em comento, deve a Administração, resguardada pelo Princípio da Autotutela, verificar se a recorrida se valeu do mesmo atestado de capacidade técnica para todos esses lotes e, caso isso tenha ocorrido, a inabilitação deverá se estender a esses.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Pregoeiro(a)**, em 22/10/2024, às 10:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=153942511)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=153942511)
verificador= **153942511** código CRC= **B50D82BD**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
Departamento de Compras
Divisão de Licitações e Contratos

Comunicado - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

À

VIVEIRO CAMPO LINDO COMÉRCIO DE PLANTAS LTDA

E-mail: comercial@vcl.com.br

TOP GRASS AGRICOLA LTDA ME

E-mail: carlos.topgrass@gmail.com

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N° 039/2022 - DECOMP/DA - Registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s) na Prestação de Serviços de Execução de Paisagismo incluindo o fornecimento, plantio e conservação de gramados, árvores, palmeiras e arbustos em todo o Distrito Federal.

Prezados(as) Senhores(as)

Em atenção ao Recurso Administrativo interposto pela empresa **VIVEIRO CAMPO LINDO COMÉRCIO DE PLANTAS LTDA**, referente ao Pregão Eletrônico em epígrafe, encaminhamos para conhecimento as documentações abaixo relacionadas oficiando a decisão pelo **provimento**, para desclassificar a **TOP GRASS AGRICOLA LTDA ME para o lote 05**, declarando vencedora do pleito a proponente **VIVEIRO CAMPO LINDO COMÉRCIO DE PLANTAS LTDA - CNPJ nº 02.753.224/0001-08, com o valor total de R\$ 5.430.690,38 (cinco milhões, quatrocentos e trinta mil seiscentos e noventa reais e trinta e oito centavos).**

- a) Despachos da área Técnica demandante NOVACAP/PRES/DU/DPJ (148341713 - 151237137);
- b) Parecer SEI-GDF n.º 604/2024 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (152590730); e
- c) Relatório N° 154/2024 – NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (153942511).

As documentações que fundamentaram a tomada de decisão estão disponíveis para todos os interessados nos sites eletrônicos: [NOVACAP](#) e no [Licitacoes-e](#).

Estamos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Pregoeiro(a)**, em 22/10/2024, às 10:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=154287497) **154287497** código CRC= **754DC120**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Site - www.novacap.df.gov.br

00110-00000948/2021-14

Doc. SEI/GDF 154287497